

**UNI-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA**

**ALAN PAULO JORGE PAULUTE**

**REFORMA E DESENVOLVIMENTO HUMANO**

A relação da reforma chinesa com o desenvolvimento humano

**FRANCA  
2018**

**ALAN PAULO JORGE PAULUTE**

**REFORMA E DESENVOLVIMENTO HUMANO**

A relação da reforma chinesa com o desenvolvimento humano

Monografia apresentada ao Uni-FACEF  
Centro Universitário de Franca para  
obtenção do título de bacharel em  
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Braga Filho

**FRANCA  
2018**

**ALAN PAULO JORGE PAULUTE**

**REFORMA E DESENVOLVIMENTO HUMANO**

A relação da reforma chinesa com o desenvolvimento humano

Monografia apresentada ao Uni-FACEF  
Centro Universitário de Franca para  
obtenção do título de bacharel em  
Ciências Econômicas.

Franca, de de 2018.

Orientador(a): \_\_\_\_\_

Nome: Prof. Dr. Hélio Braga Filho

Instituição: Uni-FACEF

Examinador(a): \_\_\_\_\_

Nome:

Instituição: Uni-FACEF

Examinador(a): \_\_\_\_\_

Nome:

Instituição: Uni-FACEF

Dedico ao meu amigo Petruquio.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço:

- ao meu orientador, o Prof. Dr. Hélio Braga Filho;
- aos meus colegas de curso;
- aos meus familiares, em especial minha mãe, Raquel Jorge;
- à Beatriz Frischeisen Tomita.

A revolução é uma insurreição, um ato de violência pelo qual uma classe derruba a outra.

Mao Tsé-Tung

## RESUMO

Este estudo aborda a transformação chinesa através da reforma implementada pelo governo de Deng Xiaoping iniciada na década de 1970, partindo de um país Maoista, de economia fechada e agrária, para um de características capitalistas e industrializado no final do século XX. O objetivo deste é estudar como a reforma chinesa impactou sobre o desenvolvimento humano chinês a partir de 1978 e seguindo até o final do século XX. Este estudo tem como problema: Como a reforma implementada pelo governo chinês impactou sobre o desenvolvimento humano do país de 1978 até 2000? A metodologia utilizada é descritiva e dedutiva, feita através do uso de indicadores quantitativos. Desta forma, conclui-se que houve desenvolvimento humano no período analisado, em consequência dos impactos resultantes da reforma iniciada em 1978 por Deng Xiaoping.

**Palavras-chave:** China. Economia. Reforma. Desenvolvimento Humano.

## **ABSTRACT**

This study approaches the Chinese transformation throughout the reform implemented by Deng Xiaoping's reform which started in the decade of 1970, starting from a Maoist country, with closed and agrarian economy, to one with capitalist characteristics and industrialized by the end of the 20<sup>th</sup> century. The objective is to study how the Chinese reform impacted on the Chinese human development, starting from 1978 and going until the end of the 20<sup>th</sup> century. This study has as problem: How the reform implemented by the Chinese government impacted on the country's human development from 1978 until 2000? The methodology used is descriptive and deductive, done through quantitative indicators. Thus, it is concluded that there was human development in the analyzed period, as a consequence of the impacts resulting from the reform started in 1978 by Deng Xiaoping.

**Keywords:** China. Economy. Reform. Human Development.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 PIB chinês 1973 – 2000 (US\$ atualizados) .....	40
Gráfico 2 PIB Per Capita, 1973 – 2000 (US\$ atualizados).....	41
Gráfico 3 Exportações e Importações da China, 1973 – 2000 (US\$ atualizados)....	42
Gráfico 4 Taxa de desemprego, 1991 – 2000 .....	47
Gráfico 5 Expectativa de vida ao nascer, China e Estados Unidos, 1978-2000.....	51
Gráfico 6 Taxa de mortalidade até os 5 anos, 1978-2000.....	52
Gráfico 7 Taxa de alfabetização da China, 1982 – 2000 (%) .....	53
Gráfico 8 Despesas em educação, 1973 – 1999, % do PIB.....	54
Gráfico 9 Índice de Globalização Geral da China (0-100) .....	56
Gráfico 10 Índice Geral de Globalização 2000-2014 (0-100) .....	59

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Classificação do IDH .....	22
Tabela 2 Crescimento médio do PIB por ano (%) .....	34
Tabela 3 Estrutura do comércio exterior da China (%).....	43
Tabela 4 Valor anual da exportação chinesa e seu principal item exportador.....	44
Tabela 5 A estrutura da economia chinesa, 1965 – 2000 (% PIB).....	45
Tabela 6 Atividade econômica por valor adicionado, 1970 – 2000 .....	46
Tabela 7 Índice de Desenvolvimento Humano, 1990 e 2000.....	58
Tabela 8 Índice de Desenvolvimento Humano da China 2000 - 2015.....	60

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 DESENVOLVIMENTO</b> .....	14
1.1 MORFOLOGIA .....	14
1.2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO .....	17
1.2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIAL .....	19
1.2 ÍNDICES – IDH e IGG .....	20
1.2.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO .....	20
1.3 ÍNDICE GERAL DE GLOBALIZAÇÃO .....	22
<b>2 A REFORMA CHINESA</b> .....	24
2.1.1 A REVOLUÇÃO COMUNISTA CHINESA .....	24
2.1.2 A REVOLUÇÃO CULTURAL CHINESA .....	25
2.2 A MUDANÇA POLÍTICA .....	26
2.3 AS QUATRO MODERNIZAÇÕES .....	27
2.4 A REFORMA ECONÔMICA E POLÍTICA .....	29
2.5 A DÉCADA DE 1990 .....	34
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	38
3.1 INDICADORES ECONÔMICOS .....	39
3.1.1 PIB E PIB PER CAPITA .....	39
3.1.2 COMÉRCIO EXTERIOR .....	42
3.1.3 SETORES DA ECONOMIA .....	45
3.1.4 DESEMPREGO .....	47
3.2 IMPACTO SOCIAL .....	48
3.2.1 DUMPING SOCIAL .....	49
3.2.2 SAÚDE .....	50
3.2.3 EDUCAÇÃO .....	52
3.3 ÍNDICE GERAL DE GLOBALIZAÇÃO.....	55
3.4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO .....	57
3.5 A CHINA NA ATUALIDADE .....	59
<b>CONCLUSÃO</b> .....	62
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	64

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste é estudar como a reforma chinesa impactou sobre o desenvolvimento humano chinês a partir de 1978 e seguindo até o final do século XX. A China é um país localizado no leste asiático e conta com a maior população mundial, atualmente figurada em mais de 1.400 bilhões. É portadora do segundo maior PIB (Produto Interno Bruto) e a maior exportadora do mundo, partindo de um país agrário na década de 1970 para a rápida industrialização até o final do século.

Como a reforma implementada pelo governo chinês impactou sobre o desenvolvimento humano do país de 1978 até 2000? Para responder esta pergunta, é necessário dissecar os pilares e ideais da reforma proposta por Deng Xiaoping, descrevendo as raízes do fenômeno econômico chinês e seus efeitos nas décadas seguintes, para assim, compreender e explicar a impressionante escalada econômica e social ocorrida na China.

E para que este estudo seja possível são utilizados índices e indicadores quantitativos, ao lado de uma abordagem dedutiva e descritiva. O uso do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e do IGG (Índice Geral de Globalização) permitem uma visão ampla das variações ocorridas a partir de vários aspectos ao longo dos anos, fazendo uso também de indicadores econômicos e sociais, que abrangem educação, saúde, renda e estrutura econômica.

Situando as pessoas como centro, o primeiro capítulo é destinado à compreensão do desenvolvimento humano a partir de uma perspectiva teórica, e coloca o bem-estar e a qualidade de vida como seu principal objetivo, analisando além do limitado âmbito econômico como era feito em seus primórdios e considerando juntamente uma visão social. São também estabelecidos os parâmetros que serão utilizados como pilares do desenvolvimento humano para serem novamente abordados em análise final.

O segundo capítulo sintetiza a história chinesa ao longo dos anos, iniciando o estudo previamente à reforma e se estendendo até o final da mesma, na década de 1990. Usando como base a rica obra “A china de Deng Xiaoping”, de Michael Marti, este capítulo está intimamente relacionado com o capítulo seguinte para justificar a relação entre as reformas e a evolução do quadro nacional, em todos seus âmbitos.

Por fim, o último capítulo é destinado a dissertar em quais esferas e óticas a reforma impactou a China, tendo como foco analisar se estas contribuíram para o desenvolvimento humano chinês, utilizando os parâmetros estabelecidos no primeiro capítulo, e limitando sua análise até o final do século XX, para que desta forma, os dados apresentados sejam justificáveis e leais ao período político e econômico de cada momento.

# 1 DESENVOLVIMENTO

Este capítulo dedica-se a dissertar sobre e conceituar o desenvolvimento humano e sua busca pela melhoria e prosperidade do homem, caracterizada pela mudança de um estado inferior para um mais elevado.

## 1.1 MORFOLOGIA

O termo desenvolvimento surgiu no campo político em 1949, quando Harry Truman, até então o mais novo eleito presidente dos Estados Unidos da América disse que seria iniciado uma nova era no mundo, a era do desenvolvimento:

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nossos progressos industriais disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo – a exploração para o lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática. (TRUMAN, 1949 *apud* ESTEVA, 2000 p.59).

Em seu início, o desenvolvimento era visto apenas como crescimento econômico e acumulação. Não fora pensado em primeira instância a partir da ótica do bem-estar. Foi visto que a única forma de desenvolvimento buscada por Truman foi a do progresso econômico, e assim foi o ocorrido em seu início.

Com o passar do tempo, o conceito de desenvolvimento foi incorporando novos desdobramentos, se tornando mais complexo e completo. Não há porém, uma definição conclusiva e completa o suficiente para abranger todas as suas dimensões, mas é, no entanto, buscado esclarecer seu significado no mundo contemporâneo de forma objetiva e clara.

Visto que seu conceito é profundo demais para ser descrito de forma sucinta, este pode ser dividido em diferentes dimensões. Iniciando pela dimensão econômica, que representa, talvez, a mais importante face desta problemática.

O desenvolvimento econômico é visto por muitos autores como o crescimento da economia a taxas superiores ao do crescimento populacional, mas neste estudo também serão considerados outros indicadores. Sua importância é descrita por Bresser Pereira a seguir.

As nações definiram historicamente a autonomia nacional e o desenvolvimento econômico como seus objetivos políticos centrais. Hoje, a importância do desenvolvimento econômico entre os objetivos políticos das sociedades modernas fica clara pela simples leitura dos jornais. (BRESSER, 2008, p. 8)

Este aspecto, porém, é apenas uma das faces do conceito aqui estudado, como mencionado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. (PNUD, 2018, online).

Outra dimensão é a de desenvolvimento social, que pode ser tão complexa quanto a primeira, pois é dividida em diversos aspectos, abrangendo educação, renda, saúde, direito, oportunidade, igualdade e liberdade. Embora nem todos sejam quantificáveis, é possível estudar suas mudanças ao longo do tempo e analisar se foram positivas ou não dentro do contexto analisado. É importante entender que o desenvolvimento social, acima de tudo, busca o bem-estar.

O desenvolvimento socioeconômico se faz então da união destes dois fatores, sociais e econômicos, e é parte fundamental para a elevação da condição humana. É evidente também que existe uma relação de dependência entre estes, em virtude da correlação entre o aumento da renda e do bem-estar do indivíduo. É mais do que claro que um fator é variável determinante para o outro.

Para analisar e comprovar a evolução nesta relação socioeconômica é necessário a utilização de indicadores que informem a partir de diferentes óticas as mudanças de condição em uma nação. Para que tal análise ocorra, serão utilizados indicadores de saúde, educação, renda e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Esse fenômeno de correlação não é de exclusividade dos fatores até aqui estudados, mas de todas as dimensões relacionadas no desenvolvimento humano que serão abordadas neste estudo, de tal forma que, para haver de fato desenvolvimento, todos os fatores devem contribuir de forma positiva para tal. Essa relação de interdependência é o que diferencia crescimento de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento humano segundo o PNUD é descrito como:

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para ser aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a

abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. (PNUD, 2018, online)

Bresser Pereira compreende a profundidade abrangida e comenta o conceito a partir de quatro diferentes pilares:

[...] denominar a somatória de desenvolvimentos econômico, político, social e auto-sustentável de 'desenvolvimento humano' parece adequado inclusive porque aproveita a existência do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que foi criado a partir da preocupação com um desenvolvimento econômico que excluísse os demais objetivos sociais. (BRESSER, 2008, p. 7).

Como apenas um intrínseco estudo pode ser capaz de compreender o conceito abordado, é inevitável analisar os dados a partir de diferentes perspectivas, em diferentes momentos da história. A comparação de estatísticas ao longo dos anos se demonstra precisa para captar esta essência. Apenas a partir de uma comparação cronológica é que será possível contemplar os resultados de medidas desenvolvimentistas, sejam estas causadas através de políticas públicas, privadas ou de outra natureza.

É também importante mencionar a criação de políticas públicas, visto que, sejam de caráter econômico ou social, as políticas objetivam o progresso da qualidade de vida. Elas são responsáveis por demonstrar os objetivos do governo presente, assim como buscam corrigir falhas de qualquer natureza. Irene Kazumi, professora da USP comenta sobre a complexidade deste conceito e visa explicá-lo:

De fato a Política Pública é um conceito abstrato, isso requer um esforço intelectual para conseguir torná-lo concreto, palpável. Podemos comparar a Política Pública a alma e para tomar forma, precisa de um corpo. As políticas públicas 'tomam forma' por meio de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação em rede atores, gasto público direto, contratos com *stakeholders* dentre outros. (IRENE, 2015, p. 2).

A responsabilidade de criar e executar estas políticas são do Estado, que deve buscar utilizar os instrumentos públicos em benefício do bem-estar social, assim como mencionado por Ailton Mota, Doutor em Sociologia.

[...] as políticas sociais, que podemos sintetizar como um conjunto de diretrizes, orientações, critérios e ações que permitam a preservação e a elevação do bem estar social, procurando que os benefícios do desenvolvimento alcancem a todas as classes sociais com a maior equidade possível. (AILTON, 2007, p. 75)

Dada a contextualização das políticas públicas, sua participação e relevância para a melhoria na qualidade de vida é indiscutível, assim como a eficiência governamental através destas ferramentas é necessária para a elevação do Estado em todos os seus sentidos.

Desta forma, neste estudo é considerado o desenvolvimento em sua forma mais genuína, isto é, uma visão que vai além do estudo dos meios, mas dos fins, sendo este o desenvolvimento do ser humano, que tem como variáveis fatores econômicos, sociais, políticos e culturais como processos para o bem-estar. É buscado mostrar como a qualidade de vida é moldada pela correlação entre as diferentes dimensões do desenvolvimento.

Visto as diferentes óticas e dimensões que o bem-estar humano pode abranger, é necessário compreender as qualidades de cada face desta problemática. Assim, a união e compreensão dos fatores estudados a seguir neste capítulo podem captar a essência individual de cada aspecto, para que juntos, resultem no conceito de desenvolvimento humano.

### 1.2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico tem participação em todas as outras etapas do processo de evolução de uma nação, é variável-chave e participativa em todas as relações entre o homem e sua mudança de condição.

É, contudo, importante salientar a diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois por muito tempo foram considerados sinônimos. Até o fim da primeira década do século XX era entendido que um aumento na produção nacional era, portanto, desenvolvimento. Foi Joseph Schumpeter, em 1911, em sua obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico” que introduziu a diferença no conceito destes termos.

Não será designado aqui como um processo de desenvolvimento o mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza.

O desenvolvimento no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. (SCHUMPETER, 1911, p. 47).

Schumpeter mudava a visão existente do conceito para sempre, que passara a ser mais complexo, abrangente, mas principalmente, distinto. Essa mudança persiste ao longo dos anos, e assim como em todas as faces do desenvolvimento adota diferentes contribuições a partir de diferentes autores.

Na visão de Bresser Pereira:

O desenvolvimento econômico de um país ou estados-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população. A medida mais geral de desenvolvimento econômico é a do aumento da renda por habitante porque esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade [...]. (BRESSER, 2008, p.1).

Bresser compreende o enredamento conceitual quando se depara com a problemática desenvolvimentista, e diz que a medida mais geral é a do aumento da renda por habitante. É complementar mencionar que o aumento da renda de forma média em um país pode ocorrer enquanto há crescimento desigual entre suas diferentes regiões, por isto, considerando a distribuição igualitária da renda por todo o território como essencial, este estudo lida com o crescimento homogêneo como uma das metas do desenvolvimento econômico.

Neste âmbito, Celso Furtado menciona:

A ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. [...] Cabe, portanto, armar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito (Furtado, 1974, p. 75).

Celso compartilha sua visão pessimista de que a possibilidade de haver desenvolvimento econômico é um mito, trazendo uma diferente perspectiva para este estudo. É necessário entender a crítica feita por Furtado em seu trecho, para compreender que, talvez, o mundo jamais será economicamente desenvolvido fora de seu 'centro do sistema capitalista', apenas poderá abranger mais nações neste centro. O autor completa:

[...] que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso (Furtado, 1974, p. 19)

Sua crítica também traça a relação entre o objetivo econômico mundial e seus efeitos possíveis para o meio ambiente, que caso de fato se concretize, teria resultados opostos ao desenvolvimento humano, caracterizando a irracionalidade do sistema econômico. Assim, é importante considerar os efeitos que os processos econômicos acarretam consigo.

Naturalmente, a dimensão econômica de um país deve ser estudada em caráter primordial. Suas mudanças repercutem efeitos sociais que alteram o padrão de vida, e por isso, suas políticas representam grande parcela do desenvolvimento humano.

### 1.2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O desenvolvimento social é outro processo de grande impacto para o progresso humano. É uma das principais faces deste estudo e contempla a melhoria na qualidade de vida de forma direta. Seu estudo abrange óticas quantitativas, buscando captar a realidade de um país através dos índices utilizados.

Luiz Felipe Lampreia conceitua o termo, que vai além do âmbito da pobreza e contemplam vários outros aspectos.

Tratar o tema do desenvolvimento social requer, antes de mais nada, enfrentar a questão das iniquidades sociais de toda ordem - gênero, raça, renda, emprego, acesso universal a bens de consumo coletivo, dentre outros - que marcam nossa sociedade, sem restringi-las à dimensão única da pobreza. (Lampreia, 1995, p. 17)

O Banco Mundial, instituição que efetua empréstimos à países emergentes, conceitua o desenvolvimento social da seguinte forma:

O desenvolvimento social foca na necessidade de colocar as pessoas em primeiro lugar, [...] promove inclusão social dos pobres e vulneráveis através do empoderamento de pessoas, construindo sociedades coesivas e resilientes e criando instituições acessíveis e responsáveis pelos cidadãos. (Banco Mundial, 2018, online).

É visto que o desenvolvimento social não se restringe à dimensão da pobreza, como mencionado por Lampreia (1995), partindo para temas de diferentes naturezas que visam promover a inclusão social dos pobres e vulneráveis, como mencionado pelo Banco Mundial (2018).

Há diversas variáveis para a existência de progresso social. A conciliação entre políticas públicas e prosperidade econômica vêm se demonstrando eficientes neste processo, em especial as políticas sociais, pois mostram resultados impressionantes e por isso merecem incentivo geral.

A UNRISD (Instituto de Pesquisas das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social) defende políticas sociais para garantir melhorias nos padrões de vidas de uma sociedade.

A UNRISD compreende as políticas sociais como intervenções públicas que buscam garantir adequados e seguros meios de subsistência, renda e bem-estar, isso capacita todos indivíduos a ambicionar suas próprias metas de vida (UNRISD, 2018, online).

É também importante entender que existe a possibilidade de o avanço econômico, aspecto também referente ao desenvolvimento social, ocasionar efeitos sociais negativos, os quais podem ser entendidos neste trecho de José de Souza Martins:

Em suas consequências sociais adversas, o modelo de desenvolvimento econômico que se firmou no mundo contemporâneo leva simultaneamente a extremos de progresso tecnológico e de bem-estar para setores limitados da sociedade e a extremos de privação, pobreza e marginalização social para outros setores da população. (Martins, 2008, p. 13)

As 'consequências sociais adversas' mencionadas por Martins são abordadas neste estudo, buscando mostrar os efeitos negativos ocasionados pelo progresso econômico para a sociedade, caracterizado principalmente pelo *dumping* social, que será abordado no último capítulo.

Assim, a ótica do desenvolvimento social tem sua importância justificada pelas várias áreas a qual abrange e sua contextualização com as outras faces desta problemática.

## 1.2 ÍNDICES – IDH e IGG

Os índices utilizados neste estudo são o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), criado pelo PNUD, órgão da ONU (Organização das Nações Unidas) e o IGG, o Índice Geral de Globalização, criado pelo *The Global Economy*.

### 1.2.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O IDH foi criado em 1993 pelo PNUD, visando analisar o progresso humano a partir de outra ótica que não seja a do PIB (Produto Interno Bruto), que era amplamente utilizado e aceito como indicador de desenvolvimento, embora de forma precipitada. O IDH é descrito como:

[...] uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito

utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento. (PNUD, 2018, online).

É importante citar que o IDH não é um índice completo e preciso o suficiente para descrever de forma individual a realidade dos países, apenas analisar de forma superficial e de acordo a visão de seus autores. É compreendida esta limitação pelo PNUD na seguinte frase retirada do trecho acima “[...] apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento”.

Embora contemple importantes aspectos, é errôneo utilizar apenas este índice para analisar a qualidade de vida de um país, visto não abranger todas as perspectivas que circulam o desenvolvimento.

Desde 2010, o cálculo do índice é feito a partir de três pilares:

Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida; O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevaletentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança; E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência. (PNUD, 2018, online.).

É observado a seguir, no quadro um, as categorias sob as quais são classificados os países com base em seus respectivos IDHs. Quanto mais próximo de um seja o valor obtido, maior o desenvolvimento humano, e quanto mais próximo de zero, menor o desenvolvimento humano.

Segue quadro da classificação do IDH:

### Quadro 1 – Classificação do IDH

Classificação	Extensão dos valores
BAIXO DESENVOLVIMENTO HUMANO	Entre 0 e 0,499
MÉDIO DESENVOLVIMENTO HUMANO	Entre 0,5 e 0,799
ALTO DESENVOLVIMENTO HUMANO	Igual ou superior a 0,800

Fonte: PNUD

Enquanto a utilização do ranking do IDH aparenta ser plausível, é também necessário estudar o desenvolvimento de um país abrangendo outros aspectos, por isso, será utilizado o índice IGG, que mede a globalização, e tem sua importância descrita a seguir.

### 1.3 ÍNDICE GERAL DE GLOBALIZAÇÃO

A criação do IGG (Índice Geral de Globalização) parte do estudo da globalização e de sua crescente importância em um contexto contemporâneo. Este índice analisa a intensidade de globalização em cada país a partir de diferentes aspectos, mas para que seja utilizado é primeiro necessário entender a importância da globalização para o desenvolvimento humano.

O conceito de globalização não tem data definida devida sua complexidade e seu significado que persiste em constante mudança, porém, no campo econômico surgiu na década de 1980, através de universidades como a norte-americana Harvard.

*Com o aprofundamento da internacionalização capitalista, sob o comando de multinacionais, tornou-se necessário traçar estratégias de atuação global, mundial para essas corporações. A difusão dos termos *global* e *globalization* passou, então, a ser feita ativamente por alguns dos principais consultores econômicos, muitos dos quais professores ligados àquelas escolas, ou então por empresários ligados aos principais escritórios de consultoria. (EUSTÁQUIO, 2012, p. 21)*

A utilização do termo foi feita primeiramente por administradores e economistas, porém sua relevância no cenário político e em escala global foi iniciada apenas em um mundo pós-guerra fria, em 1991, ano marcada pelo fim da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), quando o sucesso econômico dos países capitalistas quando comparados com os países socialistas demonstrou a

eficiência do livre mercado. Enquanto a União Soviética se mostrava obsoleta, monótona e sem avanços tecnológicos, nações como os Estados Unidos e o Japão experimentavam crescimento econômico constante.

Com o fim da URSS o modelo capitalista ganhou mais forças e seus fundamentos foram seguidos em todo o mundo, com algumas exceções, como Cuba e Coreia do Norte. O aumento das trocas ocasionadas pelo modelo de livre mercado aquecia a economia e proporcionava intensificação das relações comerciais e diplomáticas.

Segundo Giddens (1991) o conceito de globalização é ampliado do contexto econômico para o contexto cultural ao longo dos anos. O incentivo às relações entre os países era crescente devido as transações econômicas, e imigrações passaram a se tornar mais constantes, acarretando consigo miscigenações étnicas.

A globalização tomava forma multidimensional e a demanda deixava de ser apenas comercial e passava ser cultural. Sua conceituação foi e ainda é discutida por vários autores. Hirst e Thompsons (1998) disseram que “A globalização se tornou um conceito em moda nas ciências sociais, uma máxima central nas prescrições de gurus da administração, um *slogan* para jornalistas e políticos de qualquer linha”

O sociólogo Anthony Giddens propõe:

A globalização pode ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. (Giddens, 1991, p. 69).

Sendo a globalização um conceito abrangente, é tida como uma das faces do desenvolvimento humano que serão abordadas neste estudo. Sua importância em um contexto global é cada vez mais importante e permite analisar a problemática a partir de outra ótica, com base na utilização do IGG.

## 2 A REFORMA CHINESA

### 2.1.1 A REVOLUÇÃO COMUNISTA CHINESA

A revolução comunista de 1949 foi um episódio na história da China que resultou em mudanças políticas que marcam o país até a atualidade, visto seus impactos socioeconômicos e políticos.

Segundo Marti (2007) esta revolução surgiu após cenário de guerra política, travada entre o *Kuomintang* (Partido Nacionalista) e o PCC (Partido Comunista Chinês). A batalha teve início em 1927 quando Chiang Kai-Shek, líder do *Kuomintang*, ordenou o fim do Partido Comunista, liderado pelo seu principal fundador, Mao Tse-Tung, e foi apenas finalizada em 1949 com a vitória do PCC.

Com o fim da revolução o Partido Comunista funda a República Popular da China naquele mesmo ano, colocando Mao como líder político supremo. Seus pensamentos, chamados de maoísmo, eram influenciados e apoiados pela União Soviética e instauraram imensas e radicais mudanças políticas.

Ainda segundo Marti (2007), visando o desenvolvimento nacional, Mao elabora em 1958 seu projeto conhecido como “Grande Salto”, que foi uma série de mudanças elaboradas pelo Partido Comunista em prol da modernização do país, para que rivalizassem com o crescimento econômico observado nos Estados Unidos da América.

O Grande Salto era constituído por uma grande reforma agrária que visava eliminar a propriedade privada, coletivizar a produção agrícola e substituir a produção agrícola pela industrial. Para isso, as terras no país foram divididas em comunidades que abrigavam cerca de cinco a vinte mil famílias cada, e que recebiam metas estabelecidas pelo Estado a respeito da produção pertinente a elas.

Em 1959, apenas um ano após sua criação, o projeto demonstrava falhas estruturais e sociais, ocasionando na redução da eficiência produtiva e desgaste dos trabalhadores. A consequência foi imediata, resultando na morte de milhões de camponeses pela fome, a estimativa ainda é debatida e não há como obter a quantidade exata, porém, o historiador Frank Dikotter comenta neste trecho traduzido:

Quando o assunto é a quantidade total de mortes, estudiosos chegam a extrapolar as quantidades fornecidas de fontes oficiais, que incluem dados a partir de 1953. Estas estimativas variam entre 15 e 32 milhões de mortes, mas relatórios de segurança públicas registradas na época, assim como vários relatórios secretos coletados por comitês de partidos nos últimos meses do Grande Salto mostram como esses cálculos foram incorretos, apontando para uma catástrofe de maior magnitude: é mostrado como pelo menos 45 milhões de pessoas morreram desnecessariamente entre 1958 e 1962. (The Great Famine, 2010, p. 8)

Conforme Story (2004), o Grande Salto foi abandonado no fim de 1960, ocasionando em milhões de mortes diretas e indiretas, resultando em revoltas sociais e disputas políticas. O Estado decidiu então reinstalar o direito à propriedade privada e mudar a estruturação daquelas comunidades, visando diminuir os efeitos negativos.

O fracasso de Mao persistiu nos anos seguintes, mesmo que em níveis menos alarmantes àqueles vistos na época do Grande Salto. Instável politicamente e criticado, o líder comunista decide elaborar outro projeto, que se deu início em 1966, chamado de Revolução Cultural Chinesa. Este projeto viria a paralisar todo o progresso industrial e tecnológico do país dado sua ineficácia e ideal.

### 2.1.2 A REVOLUÇÃO CULTURAL CHINESA

A Revolução Cultural Chinesa foi um momento marcante, pois ultrapassava os ideais de ordem econômica e alcançava a ordem ideológica. Ela foi caracterizada pelos seus pensamentos opressores, pois reforçava os ideais comunistas, desincentivava a burguesia através de ataques a seus meios de subsistência, muitas vezes matando-os, e obstruía o aprendizado pela desativação de escolas e universidades. Mais precisamente, o plano consistia em destruir a imagem de um Estado fracassado e instaurar o pensamento revolucionário e idealista.

Seu plano envolvia toda a população e caracterizava uma profunda mudança no pensamento da nação, abrangendo a todos, com enfoque na nova geração que poderia ser mais suscetível e assim distorcida pela influência ocidental.

De acordo com a Folha de São Paulo (2016), a partir de 1966, foi criado um molde cultural e filosófico pelo qual a população era submetida, e era descrito como uma tentativa de fortalecer o pensamento maoísta e de enfraquecer o

movimento oposicionista, seja de forma pacífica através da manipulação, ou bruta, pela matança e destruição dos burgueses e de suas propriedades.

A revolução teve seu fim decretado por Mao em 1969, mas seus ideais persistiram nos anos seguintes amedrontando revolucionários e moldando a mente da nova geração. Suas consequências foram lamentadas por décadas e demonstram seus efeitos negativos até os dias atuais.

Os chineses mais tarde chorariam esse período como “a década perdida”, cujas sequelas são ainda hoje visíveis em uma geração de gerentes e empregados que não tem ensinamento/especializações suficientes e estão sempre temerosos de assumir riscos, ninguém podendo garantir que os ventos ideológicos não venham a mudar outra vez de direção. (SHENKAR, 2005, p.53)

Mao seguiu no poder do Partido Comunista até sua morte, em 1976, sendo construído um mausoléu para seu sepultamento na capital Pequim, visto sua importância e adoração. Seus ideais e políticas mudaram a nação por décadas e até hoje sua influência é vista no pensamento chinês.

## 2.2 A MUDANÇA POLÍTICA

Após a morte de Mao, quem assume o cargo de líder do Partido Comunista Chinês é Hua Guofeng, que propôs seguir as instruções deixadas por Mao, e assim foi feito pelos próximos dois anos, forçando os níveis socioeconômicos a permanecerem estáveis, retardados por políticas falhas.

Em 1978, a China era um país desesperadamente pobre. A renda per capita era 7% da renda dos EUA; 60% da população sobrevivia com menos de US\$ 1 por dia, e o comércio internacional representava apenas 10% do produto interno bruto (PIB), o menor percentual dos 120 países em desenvolvimento. (JONATHAN, 2004, p. 114)

Até que em dezembro de 1978, segundo Marti (2007), na Terceira Plenária do 11º Congresso do Partido Comunista Chinês, foi decidido entre membros do partido que o enfoque político seria então pelo desenvolvimento econômico, pelo qual Deng Xiaoping superou Hua Guofeng com suas ideias reformistas, frente ao pensamento maoísta e conservador do então líder do partido.

O Comitê Central propôs o princípio fundamental para a mudança de foco de todo o trabalho do partido no sentido das quatro modernizações [...] uma imensa e profunda revolução [...] a fim de mudar a condição de atraso do nosso país e transformá-lo num moderno e poderoso estado socialista (MARTI, 2007, p. 1).

De acordo com Marti (2007), Deng Xiaoping era vice-primeiro ministro e parte do PCC, e por isso obteve apoio do comitê para seu plano de reformas, se tornando líder político da China como sucessor de Hua Guofeng. Seus planos, contudo, não eram de aceitação geral e suas políticas econômicas foram questionadas por alegações de que desprezavam a ideologia comunista. Deng era então criticado não apenas pela oposição, mas passou também a ser questionado pelos próprios companheiros de trabalho.

Entre conturbações e instabilidade, era iniciado nos próximos meses seu trabalho de transformar a estrutura econômica chinesa, e para isso, foi necessário mudar o pensamento do partido e incentivar novas teorias e práticas econômicas. A liberdade econômica foi incentivada pela primeira vez em muitas décadas, e por este princípio Xiaoping discursou no comitê:

“É preciso aprender a gerenciar a economia com meios econômicos. Se nós mesmos não conhecemos a metodologia avançada desse gerenciamento, devemos aprendê-la com quem a conhece, em nosso país ou no exterior. Esses métodos devem ser aplicados não apenas em operações empresariais com tecnologias e materiais recentemente importados, mas também na transformação técnica das empresas existentes. Até podermos começar em campos limitados a introdução de um programa nacional unificado de gerenciamento moderno; digamos, uma região em particular ou um determinado comércio e, a partir daí levar a aplicação do processo a outras áreas” (Marti, 2007, p. 3)

Foram com estas palavras que Deng Xiaoping mencionava as mudanças que estavam por acontecer. A aceitação de que o modelo adotado estava obsoleto, e que novas práticas deviam ser adotadas foi sutil, embora perceptível em sua fala. É também importante notar que fora mencionado a iniciação em determinadas regiões da aplicação de um programa de gerenciamento moderno, que seria mais tarde intitulado de Zonas Econômicas Especiais.

### 2.3 AS QUATRO MODERNIZAÇÕES

Ainda de acordo com Marti (2007) Deng Xiaoping mostrou suas intenções desenvolvimentistas em relação ao futuro do país alguns anos antes de liderá-lo, suas ideias vieram de Zhou Enlai, então primeiro-ministro chinês, que discursou em 1963 durante uma conferência em Xangai, revelando seu projeto

chamado de “Quatro Modernizações”. Este plano consistia de mudanças estruturais em quatro áreas do país, sendo elas a modernização da agricultura, expansão da indústria, desenvolvimento da ciência e tecnologia e empoderamento da defesa nacional.

Como qualquer plano com características capitalistas ou não-maoístas na década de 1960, sua implementação foi recusada, e só foi novamente abordada após mais de uma década, em 1975, por Deng, que mencionou sua vontade de colocá-lo em prática.

Na fase da modernização da agricultura era visado introduzir a mecanização ao sistema agrário, logo, a produção de alimentos cresceria e alcançaria a autossuficiência. O governo incentivou os agricultores a produzirem mais e emprestou terras a famílias ociosas, enquanto controlava a quantidade produzida e sua parcela.

A expansão da indústria era baseada na pesada industrialização requerida para atender as demandas de armas militares e de minérios. A quantidade de fábricas ao longo do país aumentou rapidamente em poucos anos, porém, eram focadas em quantidade e não qualidade, gerando produtos de baixa duração e má qualidade. Xiaoping, descontente com a produção resolveu mudar o foco e basear sua indústria em produtos de baixa manufatura, como bens de consumo, permitindo ao empresário decidir o que produzir.

No desenvolvimento da ciência e tecnologia, Deng apostou que com a abertura das portas econômicas também entrariam capital e tecnologia, por isso, ele acreditou na criação de Zonas Econômicas Especiais para atrair investimentos e fluxos de ideias ocidentais em prol da ciência e tecnologia chinesa.

A última face do plano era a do progresso e empoderamento das forças de defesa nacional, que se viram necessárias após os líderes militares chineses perceberem a obsolescência de seu poder bélico quando comparado às forças ocidentais. Deng então aumentou o volume de soldados e financiou pesquisas para desenvolvimento de tecnologia bélica.

Este projeto pode ser visto como o início da reforma chinesa principalmente pois gerou consciência da necessidade de abrir as portas da economia, o que levaria à criação das Zonas Econômicas Especiais, porém, é importante ressaltar que o processo de industrialização foi responsável em grande

parte pela má distribuição populacional e êxodo rural, que ocasionara a partir de então problemas sociais e desigualdade econômica entre a camada burguesa e os trabalhadores.

## 2.4 A REFORMA ECONÔMICA E POLÍTICA

A reforma chinesa foi um processo complexo e adotou diferentes práticas ao longo dos anos devido aos diferentes momentos políticos vistos no país. Inicialmente, Deng teve de se limitar a fazer o máximo de mudanças econômicas possíveis sem realizar reformas políticas, pois, em uma nação ainda influenciada pela Revolução Cultural e adoração ao maoísmo, diferentes visões políticas e sociais poderiam acarretar em outras complicações para a sua já criticada liderança.

Em uma breve análise, Oded Shenkar busca explicar o processo econômico que havia iniciado.

[...] o país mudou seus focos de investimento do turismo para manufatura leve, da política de forçar investidores estrangeiros a adotar um parceiro chinês para a política de permitir subsidiárias de propriedade totalmente estrangeiras, cujo objetivo é atingir a paridade global. (SHENKAR, 2005, p. 54)

Segundo o Banco Mundial, em 1978, o PIB da China era de U\$149 bilhões de dólares, enquanto que, para efeito de comparação, os Estados Unidos atingiram U\$2.3 trilhões naquele mesmo ano. Enquanto o PIB per capita chinês era de U\$156,00 e o americano de U\$10.587 dólares. Para a China, estes eram os resultados de uma economia precária, obsoleta e rústica, vítima de um maoísmo mal sucedido.

Deng iniciou seus planos de forma prática apenas no ano seguinte, em 1979, com uma ideia menos abrasiva, que não alarmasse os ideais políticos do PCC. Seu plano teve como base o aparente progresso econômico visto na província de Guangdong, ao sul do país, que era localizada próxima a região de Hong Kong que até então era colônia da Coroa Britânica. O modelo capitalista adotado pela região era mais próspero e demonstrava crescimento constante.

O líder chinês designou algumas cidades daquela província para adotar um modelo capitalista e estudar as mudanças que ocorreriam devido àquela política. Seriam chamadas de Zonas Econômicas Especiais, como formuladas na fase de

desenvolvimento da ciência de tecnologia. O objetivo daquelas cidades era atrair capital estrangeiro e exportar sua produção, ou seja, abrir as portas para o mercado exterior. As mudanças deveriam ser apenas de caráter econômico, visto que na teoria, as cidades ainda estariam sob governança comunista, logo, o termo foi criado como Zona Econômica Especial, e não Zona Política Especial.

As cidades escolhidas foram Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen, que, apenas em 1980 foram formalmente aprovadas pelo Congresso Nacional do Povo, e sofreriam nos próximos dois anos uma série de normas e medidas para sua regulação.

As atividades econômicas das ZEE deviam basear-se em condições de mercado, ao contrário do planejamento central, e empresários estrangeiros que investissem nas ZEE teriam tratamento diferenciado em relação a impostos e outras questões. De modo geral, as ZEE pretendiam implantar um sistema de gestão totalmente diferente daquele prescrito para o interior do país (MARTI, 2007, p.10).

Estas regiões eram responsáveis por atrair tecnologia, capital e acima de tudo, o modelo capitalista para a economia comunista chinesa. Este modelo seria chamada de “socialismo de mercado”, terminologia esta utilizada até os dias atuais para definir a economia chinesa, que sendo um país adorador de Mao e seus ideais Marxistas, temia que a adoção de um modelo capitalista pudesse ser vista como afronta ao Partido Comunista Chinês e aos fundadores da República Popular da China, por isso, de forma demagoga, foi então decidido que todo sucesso, seja este de natureza econômica ou social, seria creditado ao maoísmo e não à adoção do capitalismo.

Em 1984 a economia chinesa já demonstrava os efeitos das ZEE, sendo o início de um grande processo de crescimento econômico, no qual o PIB atingiu o valor de U\$260 bilhões de dólares, segundo o Banco Mundial. Deng estava convencido de que a política de “portas abertas” para a economia surtira efeito e deveria ser difundida entre outras cidades portuárias.

Segundo Marti (2007) para muitos políticos e membros do Comitê Central e do Conselho de Estado, a decisão de Xiaoping de levar adiante a abertura econômica era prematura, e por isso discordaram, levando a discussão à votação, na qual foi decidido apoio à Deng e pela mudança da política econômica de mais quatorze cidades costeiras, que embora não fossem denominadas Zonas

Econômicas Especiais, regeriam sob as mesmas políticas. Era o início de uma nova etapa para a China, o país se abria cada vez mais e sob diretrizes diferentes.

Zhao Ziyang, então primeiro-ministro, apoiou Xiaoping e discursou sobre esta nova etapa da economia chinesa.

[...] foi uma decisão de longo alcance para mostrar a superioridade da política, acelerar o desenvolvimento das regiões costeiras e implantar o programa de modernização em todo o país. A tendência é abrir mais áreas. Serão três diferentes formas: ZEE, zonas de exploração técnica e econômica e cidades litorâneas, às quais será delegado maior poder de decisão no emprego de capital estrangeiro, e na execução de transformações e cooperações técnicas; a abertura ao longo do litoral vai depender do suporte de políticas do poder central, mas não haverá disponibilidade de verbas. Essa política visa a garantir que nossos impostos e nossos mercados sejam atraentes ao capital e aos empresários estrangeiros, e que seja delegado poder de decisão às áreas costeiras para a execução de cooperação técnica e econômica. (Marti, 2007, p. 8)

Ainda de acordo Michael Marti (2007), Zhao Ziyang era responsável pelas quatro modernizações chinesas, e fora eleito primeiro-ministro após sucesso na primeira etapa do plano, a de modernizar a agricultura nacional. Do momento em que foi iniciado o projeto, até 1984, a produção nacional havia crescido em mais de 50%, e tamanho êxito permitiu que Ziyang partisse para a próxima etapa do processo de modernização, o de expansão da indústria.

A segunda etapa do processo necessitava de capital e tecnologia estrangeiras para que pudesse obter sucesso, com isso, a economia de “portas abertas” se mostrava cada vez mais necessária para cumprir o plano das quatro modernizações e para o desenvolvimento chinês, porém, um aspecto negativo incomodava cada vez mais a gestão de Deng e dava mais crédito às teorias oposicionistas.

Na medida em que a centralização econômica era desmantelada e o país passava a investir em empresas privadas, a arrecadação pública foi diminuindo e o descontrole fiscal se tornava mais prejudicial às contas públicas, gerando déficit no valor de 14,9 bilhões de dólares em 1986, segundo o Banco Mundial. A solução vista pela capital política Pequim foi de imprimir dinheiro para cobrir seus gastos, gerando inflação. Chen Yun, da oposição, aproveitou o momento de instabilidade econômica para criticar e ganhar força, levando a crise para a dimensão política.

Deng assumiu o descontrole econômico como sendo em grande parte responsabilidade das ZEE e decidiu intervir, mudando o foco das cidades que

passariam a ter uma economia voltada para as exportações, visando diminuir o déficit público. Baseado em projetos japoneses, ele resolve exportar bens de consumo, de baixa manufatura, alterando drasticamente a composição exportadora da economia chinesa.

Enquanto no início da década de 1980, elas [as exportações] estavam igualmente divididas entre produtos primários e produtos manufaturados, após 1985, os produtos primários caíram para aproximadamente um terço do total, ao passo que os produtos manufaturados pularam para dois terços. (MARTI, 2007, p. 9).

Nos anos seguintes, entre 1985 e 1987 o PIB encolheu de U\$ 309 bilhões para U\$ 273 bilhões de dólares, segundo o Banco Mundial. Foram dois anos perdidos para a economia chinesa devido a má administração pública. Apenas em 1987 houve inversão da situação deficitária devida o alto valor exportado, carregado pela produção de bens de consumo no lugar da exportação de petróleo e carvão.

Deng passou então a ver a reforma não apenas pela ótica econômica, mas também pela política, que deveria ocorrer simultaneamente. Criou então um processo de reestruturação política em nome do socialismo de mercado, que deveria ser condizente com o crescimento da nação. O progresso deveria acontecer em todas as ordens, seja ela econômica ou política.

A reestruturação política, no entanto, se demonstrou mais maléfica do que benéfica, pois buscou controlar pensamentos liberais e capitalistas para reforçar o pensamento socialista, fundado sob a instituição estatal. Seja pela má eficiência administrativa ou falta de experiência, sua reestruturação foi falha e causou estragos na economia, dessa vez de natureza inflacionária. Segundo Marti (2007), em 1988 a inflação alcançou recordes 30%, impulsionada pelo investimento em estatais que exigia a impressão de moeda de forma descontrolada.

O corte de investimentos em empresas privadas para priorização das estatais ocasionou na queda da produção agrícola, ao mesmo tempo resultou na restrição da oferta de crédito por bancos comerciais, empurrando a taxa de juros para cima para garantir a própria sustentabilidade.

Diante da política socialista de Deng Xiaoping e influenciados por pensamentos ocidentais, surge a corrente que defendia mais liberdade econômica e democracia, defendiam que era preciso modernizar o pensamento chinês, não apenas sua produção. Para Xiaoping esta corrente era inaceitável, os ideais

capitalistas não poderiam ser defendidos sob seu regime, e o socialismo de mercado deveria prevalecer, enquanto que a ordem política abafaria qualquer pensamento liberal.

No entanto, Deng Xiaoping não foi apoiado de forma unânime pelo PCC, que contava com intelectuais defensores do pensamento capitalista e democrático, gerando conflitos políticos e sociais, sustentados pelo grande volume estudantil que defendia a liberdade em todas as suas formas, seja ela econômica, política ou de expressão. A população estava descontente com os novos rumos adotados pela reestruturação política que insistia em defender o socialismo e investir em estatais.

Em 1989 a reestruturação política continuava resultando em prejuízos para a nação.

Com o baque da economia, sofria tanto a indústria como a agricultura. A produção do governo declinava, cresciam os subsídios, e havia uma queda na produtividade num todo. Embora a inflação houvesse baixado para 6%, naquele ano, o crescimento industrial diminuíra de 17% para poucos 7%, e o PNB (Produto Nacional Bruto) real subira apenas 4%, uma queda em relação a 1988, quando o índice fora de 12%. Em consequência, os trabalhadores da indústria, que haviam sido afastados e estavam com os salários reduzidos a uma percentagem, e os burocratas com salários fixos, cujas poupanças tinham sido devoradas pela inflação, encontraram uma causa comum nos estudantes. (MARTI, p. 35, 2007)

Enquanto Deng continuava a recusar as reformas solicitadas pela oposição, sua força política decrescia, seus aliados eram destituídos e a oposição ganhava força, até que em 1989 o Comitê Central passou a tomar decisões e retiraram de Deng o controle das políticas econômicas do país, colocando Jiang Zemin em seu lugar.

Embora tenha enfrentado instabilidades, Deng deixou seu cargo com resultados impressionantes, visto que o país demonstrou crescimento do PIB acima da média em comparação a outras regiões quando analisado o mesmo período.

Segue quadro do crescimento médio do PIB na década de 1980.

**Quadro 2 – Crescimento médio do PIB por ano (%)**

<b>Região</b>	<b>1980 – 1990</b>
China	10,1
Outros países de baixa renda	4,4
Índia	5,8
Indonésia	6,4
Coreia do Sul	9,4
Ásia Oriental	7,9
Japão	4,0
Estados Unidos	3,0

Fonte: STORY, p. 116, 2004

Após sua destituição da responsabilidade econômica chinesa em 1989, Deng Xiaoping se afastou voluntariamente de todas suas funções políticas em 1991 alegando que os anciãos se mantiveram no poder chinês por muito tempo e deveriam dar chance aos mais novos, como uma forma de revitalização política.

As instruções finais de Deng para o PCC resumem seu desejo, e é de forma justa, seu legado à nação.

A política de manter a construção econômica como o elo vital jamais deve ser contestada; a reforma e a política da porta aberta jamais devem ser alteradas. A linha mestra do partido não pode ter mudança nos próximos cem anos. Temos de apoiar a chefia do Partido Comunista Chinês. O status do Partido Comunista Chinês de governante jamais deve ser contestado. [...] Nada se conseguirá, se a autoridade central for enfraquecida. (XIAOPING, 1989)

Assim, a década de 1980 foi um período de instabilidade política, cujos atores principais foram Deng Xiaoping e o Comitê Central, que naqueles últimos anos acabariam por mudar novamente o rumo da economia da nação, dessa vez sob a liderança de um novo líder, Jiang Zemin.

## 2.5 A DÉCADA DE 1990

Segundo Marti (2007), no ano de 1991 era dado início ao Oitavo Plano Quinquenal, que estabelecia a estrutura nacional até 1995, e foi então programado mais uma vez intensificar os planos de abertura econômica para o mundo, e

estabeleceram a meta de crescimento anual do PIB para singelos 6%. Os objetivos daquele plano quinquenal abordavam investimentos na agricultura, indústria, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e nas forças armadas, enquanto reformularia as empresas estatais e a política fiscal.

Jiang Zemin era o então responsável pelas políticas econômicas chinesas, e agiu coerentemente para proteger o progresso comercial que havia iniciado com a política de “portas abertas” de Deng. A nova política incentivava a exportação e a iniciativa privada, um modelo mais próximo do capitalismo, como mencionado por Story (2004).

Os impostos foram reduzidos ao longo dos anos 1990; foi permitido às empresas exportadoras reter uma parcela de suas receitas de exportação em moeda estrangeira e importar componentes para reexportá-los após processamento, sem taxa de impostos. Nesse meio tempo, as taxas de crescimento do recebimento de investimentos externos subiram para 13% do investimento total para um ano. A política comercial e a recepção de investimentos mostraram-se altamente complementares. A política comercial encorajou a produção local para os mercados de exportação, e os investidores estrangeiros procuravam escapar dos altos custos salariais em casa. (STORY, 2004, p. 121)

O país passou a desenvolver sua indústria para a manufatura, substituindo a exportação de produtos primários por manufaturados, impulsionados pelo investimento estrangeiro, facilitação fiscal e desvalorização da moeda nacional, o Yuan, que sofreu uma queda cambial de 70% entre 1980 e 1993.

Neste período pós 1991, Deng Xiaoping iniciara um processo de busca por apoio político para seus pensamentos econômicos, que eram seu principal interesse, mas fora destituído desta área em 1989. Inicialmente, buscou apoio com os militares, propondo maiores investimentos no setor caso apoiassem sua volta no cenário político nacional. Mas foi apenas quando convidou os principais líderes do partido para visitar as cidades que foram contempladas por seus projetos visando comprovar o desenvolvimento local que conseguiu o apoio de seus colegas políticos e, mais importante, de Jiang Zemin, que concordava com seus ideais de abertura desde o início.

Em reunião do partido em 1992, Deng contou com o apoio de seus amigos políticos e militares para que sua voz fosse novamente ouvida pela nação, conseguindo isto através de Jiang, que fizera com que suas políticas fossem formalmente adotadas pelo partido, momento em que Deng Xiaoping discursou em frente a todos os membros do Partido Comunista Chinês.

“No passado, nós falávamos apenas de desenvolvimento de forças produtivas sob condições socialistas, mas deixávamos de mencionar como a reforma e a abertura emanciparam as forças produtivas. Com efeito, reforma e abertura significam lealdade à linha mestra do partido e obediência aos seus princípios, às suas políticas e à sua linha justa a partir das 3ª sessão plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista Chinês. A chave está em, com persistência, manter o princípio de “um centro e dois pontos fundamentais.” A linha mestra deve valer por 100 anos, e não pode ser mexida. Só com a manutenção desta linha poderemos ter a confiança do povo em nós e seu apoio, Se não efetuarmos a reforma e a abertura, se não desenvolvermos a economia e não melhorarmos o padrão de vida do povo, vamos para a ruína. A gente comum não permitirá que ninguém altere os princípios e as políticas da linha mestra, e aqueles que o fizerem serão destituídos a qualquer hora. Citei este ponto inúmeras vezes: somente se nos mantivermos fiéis a linha mestra, poderemos ter uma saída”. (Marti, 2007, p. 134)

Deng havia mudado nestes últimos três anos fora do poder econômico, seus pensamentos se tornaram mais capitalistas, até acusou antigos membros do partido de se apegarem muito ao marxismo. Assim, Xiaoping apelou por pressa no ritmo das reformas e por mudanças nas estruturas das estatais, era necessário modernizar ainda mais o país.

Ainda de acordo com Marti (2007), naquele mesmo ano, Jiang atendeu ao pedido de Deng de abrir as portas da economia chinesa de forma integral, começando por Xangai que deveria ser a responsável pela nova fase do desenvolvimento chinês. Esta nova fase também contava com Zhu Rongji, chefe do Conselho de Economia e Comércio Chinês que estipulara a nova estrutura para as estatais, que empregavam cerca de 100 milhões de trabalhadores. Estas funcionariam sob gerências menos dependentes de políticas públicas e com administração similar à de iniciativas privadas.

De forma sucinta, o modelo capitalista era colocado em prática em todo o país a partir de 1992, momento em que a China passava pelo processo de industrialização, o segundo do plano das quatro modernizações. O início da década foi marcado também pelo processo de expansão das exportações que acabaria por caracterizar a economia chinesa nos anos seguintes, devido a suas condições propícias para a manufatura, provenientes da mão de obra acessível que será dissertada no capítulo seguinte.

Para o próximo Plano Quinquenal, ou seja, para o resto da década, Jiang Zemin se comprometeu a continuar os passos iniciados por Deng Xiaoping e Zhu Rongji para a abertura econômica total do país, que deveria seguir dez ações como parte da nova política do partido: consolidar a economia de mercado através

da reforma das estatais; ampliar a abertura para o mundo; otimizar a agricultura; apressar o progresso científico e tecnológico; colocar todas as localidades em condições de pôr em ação seu potencial pleno, ou seja, aproveitar ao máximo o quadro econômico de cada região; promover a reestruturação do sistema político; reformar os sistemas administrativos; incentivar a cultura socialista; prosseguir o aprimoramento dos padrões de vida; e reforçar a estruturação das formas armadas.

Em suma, a reforma chinesa foi um processo de transição entre o maoísmo e a abertura econômica e abrangeu dimensões políticas e econômicas que afetaram toda a nação ao longo do processo, que embora iniciado em 1978 por Deng Xiaoping, foi modificado ao longo dos tempos, assim como qualquer política econômica de determinado país, e apenas em 1992, através dos esforços de Jiang Zemin, Zhou Rongji e Deng Xiaoping, conseguiu abranger toda a nação.

### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo são dissertadas as relações e os impactos da reforma para com o desenvolvimento humano chinês, com enfoque no século XX, período no qual a reforma era estabelecida e por isso o desenvolvimento visto em tal época é resultante desta.

Para melhor compreensão do país de estudo, sua caracterização se faz necessária. Localizada no leste asiático, a China é o terceiro maior país do mundo, com uma extensão territorial de 9.596.961 quilômetros quadrados. Tal extensão permite características geográficas distintas dentro do país, que se divide em climas equatoriais, tropicais, subtropical, temperado e frio. Em relação ao relevo chinês cada região do país se demonstra distinta, na qual o oeste é caracterizado por grandes altitudes, o norte pelas estepes e o leste e o sul pelas planícies.

Segundo a UNSD (*United Nations Statistics Division*) a população da China apresenta constante crescimento e é atualmente o país mais populoso do globo. Partindo de 1970, década de início da reforma, a população era de cerca de 825 milhões, quatro vezes maior que a atual população brasileira. Seguindo para o ano 2000, após término da reforma, o número de habitantes atingiu a impressionante marca de 1.283 bilhões, crescimento superior a 50% em apenas três décadas.

Através de metodologia quantitativa, caracterizada por argumentar numericamente mediante dados, trazendo maior consistência e confiabilidade ao estudo, é utilizada uma série de indicadores econômicos e sociais, como PIB e PIB Per Capita, análise do comércio exterior, estrutura dos setores da economia, desemprego, saúde e educação. A utilização destes variados dados é complementar entre si para que seja possível compor o progresso humano em todos seus aspectos.

O uso do PIB e do PIB Per Capita se justifica pois são capazes de demonstrar o crescimento da produção nacional ao longo dos anos, relacionando-as com as políticas públicas do mesmo período para que seja possível traçar relação entre elas.

Ainda no setor econômico, a análise do comércio exterior e da estrutura dos setores permite uma visão mais detalhada e aprofundada da realidade, ou seja, como a economia do país foi afetada pela reforma. Enquanto isso, o

desemprego é um importante indicador para complementar esta análise, pois espelha o cenário político-econômico.

A saúde é abordada neste capítulo por indicadores e também pelo IDH, visando complementar entre si. Para isto, a expectativa de vida ao nascer e a mortalidade infantil são utilizados como indicadores, pois são reflexos do nível de desenvolvimento nacional, e através do IDH a expectativa de vida é integrada à fórmula que constitui este índice.

O aspecto educacional também é abordado por indicadores e pelo IDH, este último que faz uso da média de anos de educação recebidos durante a vida e a expectativa de escolaridade ao nascer. Pelos indicadores, a taxa de alfabetização nacional e as despesas em educação são utilizados.

Partindo aos índices, é feito o uso do IGG (Índice Geral de Globalização) e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) para completar e solidificar o estudo prévio, adicionando informações e dados suficientes para assim concluir se houve contribuição ao desenvolvimento humano.

Posteriormente, é feita utilização destes índices no momento atual da China para que seja possível observar os efeitos da reforma nos dias atuais e verificar se o padrão de crescimento se manteve.

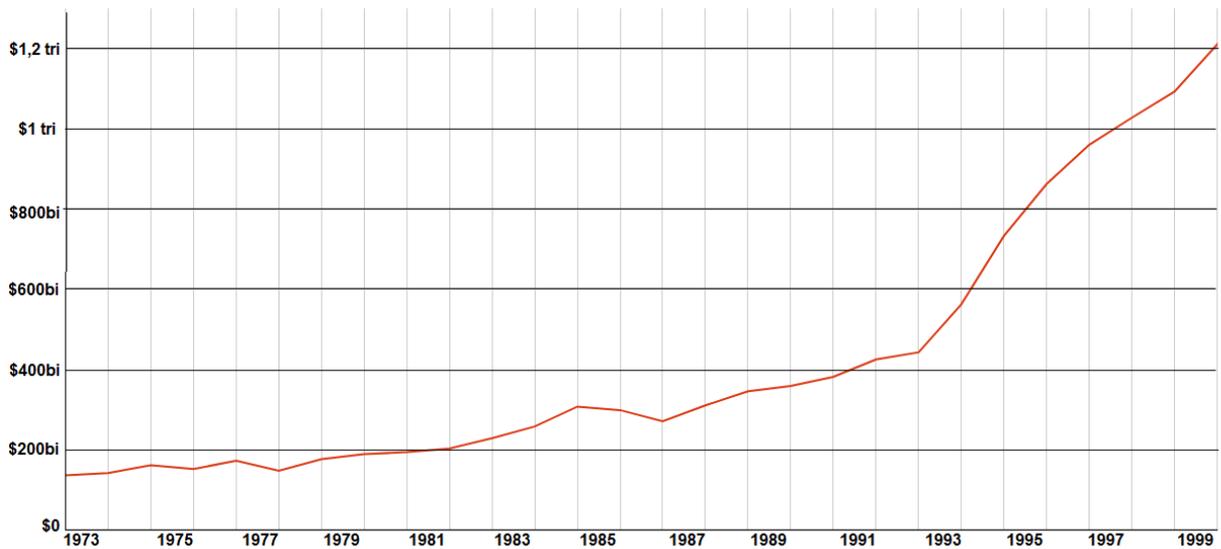
### 3.1 INDICADORES ECONÔMICOS

#### 3.1.1 PIB E PIB PER CAPITA

Iniciando pelo PIB, que, segundo o Banco Mundial é descrito como:

O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um determinado período de tempo (mês, trimestre, ano etc). (Banco Mundial, 2018, online)

Segue o gráfico, que, para efeito de comparação, contemplará os cinco anos precedentes à reforma para que seja possível traçar uma relação entre o crescimento econômico e a abertura da economia.

**Gráfico 1 – PIB chinês 1973 – 2000 (US\$ atualizados)**

Fonte: Banco Mundial

O Produto Interno Bruto chinês era de cerca de U\$139 bilhões em 1973 e U\$150 bilhões em 1978, crescimento total de singelos 8% ao longo dos cinco anos anteriores a reforma, valor consequente das décadas precedentes, moldadas pelo pensamento maoísta baseado na agricultura, sendo a produção de subsistência para a maioria das famílias.

É visto como a relação entre a reforma e o PIB acompanha o momento de cada uma das políticas públicas. Partindo de 1978, o PIB apresentou crescimento total de 54% nos cinco anos seguintes, alcançando U\$231 bilhões em 1983. É também possível verificar esta relação em 1985, momento de oscilação política de Deng Xiaoping como mencionado no capítulo anterior, resultando em queda no valor, que só fora recuperado em 1988 com a política de exportação de bens de consumo.

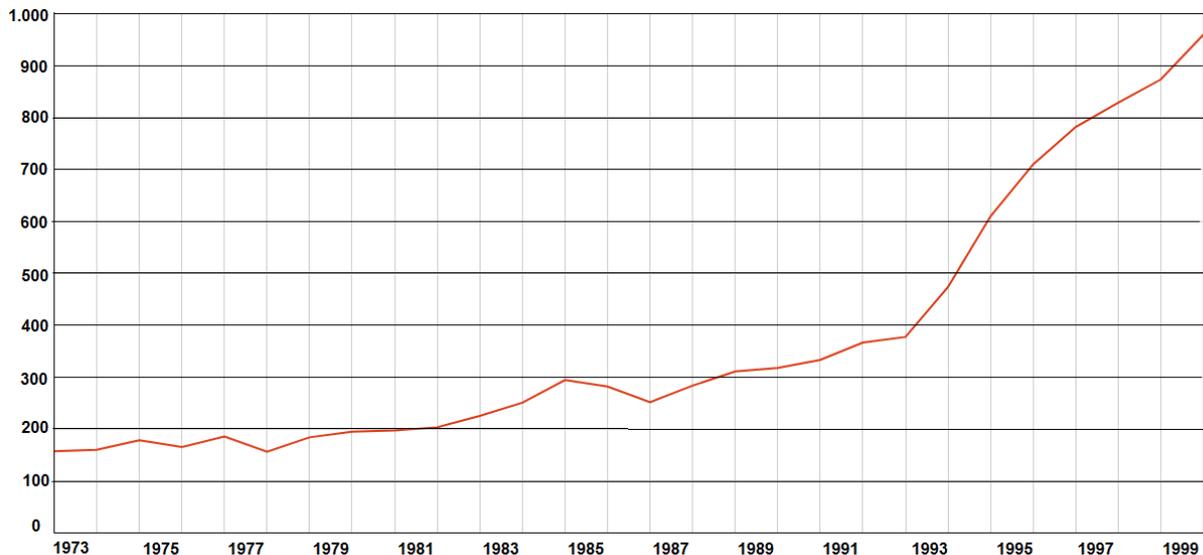
O crescimento segue constante até 1992, quando sob a liderança de Jiang Zemin, o país abre sua economia de forma integral, e apresenta nos anos seguintes crescimento extraordinário do PIB. Partindo de U\$427 bilhões naquele ano para U\$1.211 trilhões em 2000, aumento de 184% até o final da década.

Em relação ao PIB Per Capita, que é descrito pelo Banco Mundial como:

PIB per capita é o produto dividido pela população no meio do ano. PIB é a soma do valor bruto agregado por todos os produtores residentes na economia mais todos os impostos de produtos e menos quaisquer subsídios não incluídos no valor dos produtos. (Banco Mundial, 2018, online)

Segue gráfico do PIB Per Capita chinês:

**Gráfico 2 – PIB Per Capita, 1973 – 2000 (US\$ atualizados)**



Fonte: Banco Mundial

A linha traçada pelo PIB per capita chinês demonstra crescimento impressionante, porém, acima de tudo, demonstra pobreza, pois indica um baixo PIB per capita. É necessário compreender que embora siga de forma similar à primeira figura, o PIB Per Capita é mais justo quanto a riqueza da população do que o PIB, pois o último apresenta os produtos e bens finais gerados na nação, e por isso o valor obtido é uma falácia, ou seja, gera raciocínio falso. O PIB per capita demonstra um valor mais justo em relação a renda da população, porém, ainda não deve ser usado singularmente como indicador de riqueza, pois apresenta apenas uma média.

Partindo dos números, nos cinco anos de período pré-reforma estudados, o PIB per capita se manteve estável em torno de U\$157 dólares, enquanto cinco anos depois, saltou para U\$225 dólares, aumento de 43%. Para estabelecer parâmetro, segundo o Banco Mundial, ainda em 1978, o PIB per capita estadunidense era de U\$10.587 dólares, diferença de 4605%.

Da mesma forma que foi apresentado no gráfico anterior, o PIB per capita demonstrou crescimento razoável até o início da década de 1990, quando saltou devido a abertura econômica e chegou ao valor de U\$959 dólares em 2000. Aumento de mais de seis vezes nos 22 anos de início da reforma.

É evidente o crescimento econômico da China pós-reforma, o que demonstra que o seu potencial produtivo estava abafado pela ineficácia das

empresas estatais e pela economia centralizada, fechado ao mundo. Os valores estagnados apresentados antes da abertura econômica e a rápida ascensão econômica são evidências da eficácia da reforma de Deng, como descrito por Napoleoni, que também menciona a produção de mercadorias a baixo custo, que será discutida posteriormente neste capítulo.

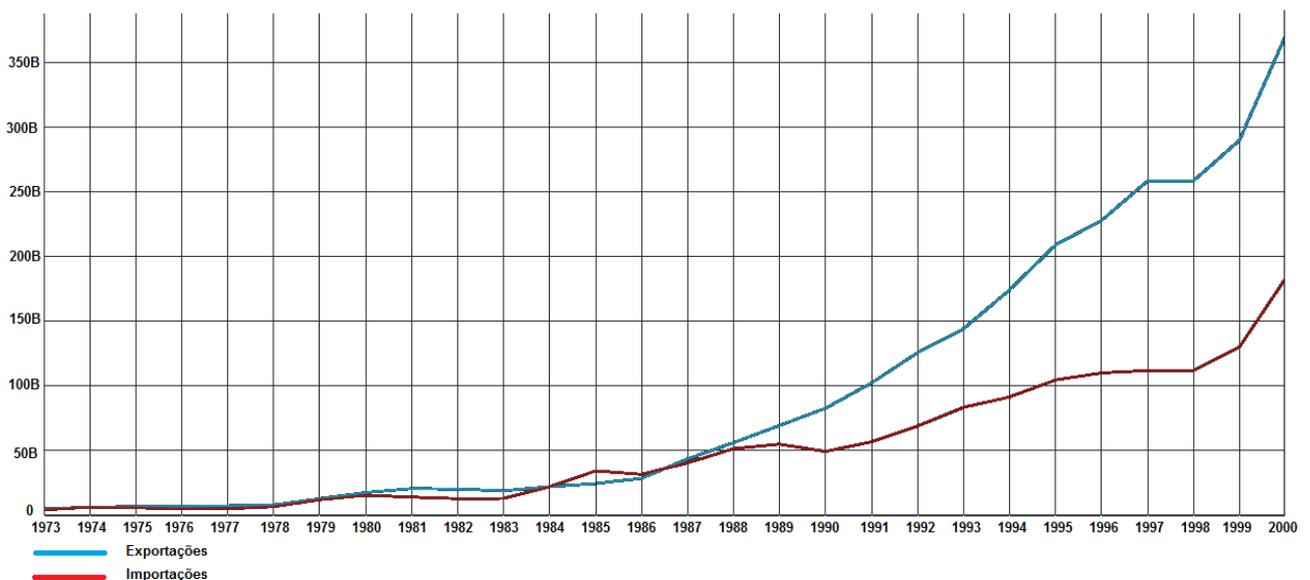
Como vimos, a China se tornou, a oficina do mundo, produzindo mercadorias a baixo custo, para consumo da aldeia global. Essa experiência trouxe uma imensa riqueza: entre 1978 e 1994, a renda per capita da China triplicou, o PIB quadruplicou e as exportações decuplicaram. (Napoleoni, 2011, p. 176)

Assim, o crescimento econômico foi existente no país, sendo produto da reforma, e pôde apresentar melhores resultados ao longo do tempo de acordo com a eficácia e abrangência das políticas. Bresser Pereira (2008) considerava o aumento da renda por habitante como principal fator para o desenvolvimento econômico, por isso, o aumento do PIB per capita é uma das formas de comprovar desenvolvimento econômico.

### 3.1.2 COMÉRCIO EXTERIOR

A seguir, serão analisados a estrutura e o volume das exportações e importações chinesas. Segue gráfico:

**Gráfico 3** – Exportações e Importações da China, 1973 – 2000 (US\$ atualizados)



Fonte: The Observatory of Economic Complexity (OEC)

As linhas ascendentes observadas na figura acima são o resultado de políticas que visavam a produção para fora, ou seja, a exportação, enquanto

incentivavam o capital externo a investir na produção nacional. Antes da abertura econômica, em 1977, o país exportou apenas U\$6.5 bilhões, valor este carregado por produtos primários como petróleo cru, algodão e carne, segundo o OEC. E neste período importou U\$4.2 bilhões, principalmente entre produtos manufaturados como máquinas e barras de ferro.

As políticas no período da abertura, mencionadas no capítulo anterior, transformaram a estrutura da produção chinesa profundamente, principalmente quando analisada após a reforma política de Deng Xiaoping em 1985, e posteriormente com Jiang Zemin na década de 1990.

Segue quadro da estrutura do comércio exterior.

**Quadro 3** – Estrutura do comércio exterior da China (%)

<b>Exportações</b>	<b>1985</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>
Produtos primários	50,6	25,6	14,4	10,2
Produtos Manufaturados	49,4	74,4	85,6	89,8
<b>Importações</b>	<b>1985</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>
Produtos primários	12,5	18,5	18,5	20,7
Produtos manufaturados	87,5	81,5	81,5	79,2

Fonte: STORY, 2004, p. 125.

Como visto no quadro, a estrutura da exportação chinesa se modificou drasticamente ao longo dos anos, se tornando principalmente exportadora de produtos manufaturados, ou seja, de produtos de maior valor agregado. Em 1985, metade da exportação do país ainda era de produtos primários, enquanto apenas dez anos depois, 85,6% da exportação já era composta por produtos manufaturados.

Os investidores estrangeiros foram responsáveis por 40-60% do total das exportações. Uma razão para esse aumento no comércio foi o crescimento no número de empresas comerciais, de menos de vinte em 1978, para centenas de milhares. (Story, 2004, p. 125)

As importações também mostraram mudanças na sua estrutura, embora menos profundas, totalizando ainda em 2000 quatro quintos de produtos manufaturados, sinal da dependência chinesa da produção manufatureira exterior de itens de maior complexidade e tecnologia. Segue quadro apresentando os valores e principais produtos exportados e importados.

**Quadro 4 – Valor anual da exportação chinesa e seu principal item exportador**

<b>Ano</b>	<b>Valor da exportação</b>	<b>Principal produto exportado</b>	<b>Participação na exportação (%)</b>
1985	U\$ 23,8 bilhões	Petróleo cru	19
1990	U\$ 82 bilhões	Brinquedos	6,5
1995	U\$ 209 bilhões	Sapatos	6,9
2000	U\$ 370 bilhões	Brinquedos	6,8
<b>Ano</b>	<b>Valor da importação</b>	<b>Principal produto importado</b>	<b>Participação na importação (%)</b>
1985	33.5	Televisões	3,9
1990	48.5	Máquinas	6,4
1995	119	Telefones	2,6
2000	188	Petróleo cru	6,9

Fonte: The Observatory of Economic Complexity

É interessante notar que embora as importações nacionais sejam compostas de 79% de produtos manufaturados em 2000, o principal item importado seja petróleo cru, indicando grande mudança na estrutura nacional dentro de quinze anos, cujo item mais importado deixa de ser manufaturado e passa a ser primário.

É também possível analisar como o valor da exportação aumentou significativamente nestes quinze anos. Story explica este fenômeno:

Enquanto a política comercial incentivava o processamento e a exportação de produtos intermediários importados, as empresas da Ásia-Pacífico precipitaram-se para a China para tirar proveito dos baixos custos de mão de obra e das políticas favoráveis. As indústrias de exportação foram incentivadas por meio de regimes especiais projetados para manter baixos os impostos sobre componentes importados para montagem e reexportação. Um importante estímulo às exportações foi a permissão dada a empresas exportadoras para reter uma parcela de suas receitas de exportação. Associações entre empresas estatais e corporações estrangeiras foram incentivadas por meio de isenções fiscais e exigências de exportação. (Story, 2007, p. 124)

Ao longo dos anos, a China diversificou sua produção e desenvolveu sua indústria, escalando posições no ranking de maiores exportadores do mundo. A modernização de sua indústria teve efeitos diretos no PIB que cresceu significativamente acompanhando a abertura. Como visto na figura 3, em 2000 o valor exportado alcançou U\$370 bilhões, alta de 1.454% em apenas quinze anos de

política exportadora, e quando comparado a 1977, antes da reforma, a alta é de 5.592%

Assim, é possível verificar a mudança estrutural no comércio exterior chinês que se diversificou e modernizou, deixando de exportar principalmente produtos primários, de baixo valor agregado, para manufaturados, de maior valor final. O valor das exportações também se alterou de forma expressiva, saltando de U\$7 bilhões em 1978 para U\$370 bilhões em 2000. É evidente os impactos da abertura econômica para o comércio exterior chinês, que apenas se beneficiou e desenvolveu neste período.

### 3.1.3 SETORES DA ECONOMIA

A estrutura da economia chinesa sofreu alterações ocasionadas pela reforma econômica e políticas estabelecidas por Deng Xiaoping e Jiang Zemin, que incentivaram e moldaram esta mudança.

A política de portas abertas implicou importantes mudanças na estrutura econômica, à medida que o mercado se espalhava cada vez mais e que mais atividades empresariais tinham de ser adaptadas ao que os clientes na China e no exterior realmente queriam comprar. De forma muito simples, a abertura da economia significou que os recursos fossem utilizados de forma mais eficiente. (Story, 2007, p. 126)

O quadro a seguir apresenta a participação dos setores por percentual do PIB:

**Quadro 5** – A estrutura da economia chinesa, 1965 – 2000 (% PIB)

<b>Indústria</b>	<b>1965</b>	<b>1978</b>	<b>1985</b>	<b>2000</b>
Primária	37,94	28,10	28,35	15,40
Secundária	35,09	48,16	43,13	51,10
Terciária	26,97	23,74	28,52	33,50

Fonte: Story, 2007, p. 127

Analisando inicialmente em 1965, período maoísta, a economia chinesa era baseada no setor primário, ou seja, sua economia era dependente da exploração dos recursos da natureza, principalmente da agropecuária. Um país cuja principal participação no PIB venha do setor primário é considerada subdesenvolvida, pois sua produção tem baixo valor agregado.

Partindo para o período pós-reforma, de 1985 a diante, é verificada como a economia é caracterizada por maior participação do setor secundário, ou seja, da indústria. As políticas de Deng encaminharam o país, embora de forma limitada no início, para a industrialização, que era a segunda das quatro modernizações propostas. Um país com base econômica secundária indica grau de desenvolvimento mais elevado quando comparado à primária, pois a indústria apresenta maior valor agregado e tecnológico à produção.

Partindo para 2000, no qual a estrutura econômica chinesa é predominantemente industrial, é possível traçar uma relação com a política exportadora de Jiang Zemin, que incentivava o segundo setor. Neste ano o setor primário representava apenas 15% do Produto Interno Bruto, enquanto a terciária, de serviços, saltou para mais de 33%.

O quadro a seguir discrimina as atividades econômicas:

**Quadro 6** – Atividade econômica por valor adicionado, 1970 – 2000 (% participação)

ANO	AGRIC.	MANUF.	CONST.	ATACADO	TRANSP.	OUTROS
1970	35	37	4	8	4	12
1980	30	44	4	5	5	12
1990	27	37	5	8	6	18
2000	15	40	6	10	6	23

Fonte: United Nations Statistics Division

Analisando o quadro que parte de 1970, é observada a importância da agricultura e da manufatura para a economia chinesa, que correspondem, juntamente, a mais de dois terços do valor adicionado.

Seguindo à década seguinte, existe perceptível e intensa mudança na participação econômica das atividades mencionadas. A agricultura apresenta queda, efeito reverso da manufatura, enquanto os outros setores se mantêm estáveis.

Na década de 1990 a agricultura continua perdendo espaço, desta vez acompanhada da manufatura, que dão espaço para todos os outros setores, principalmente para o atacado. E finalmente em 2000, após término da reforma, é observada a maior queda da agricultura que sofre com o incentivo à indústria, que

carrega consigo os outros setores que também apresentam crescimento na participação.

O quadro seis se demonstra complementar ao quadro cinco, e apresenta a mesma mudança estrutural, ambas ocasionadas pela reforma progressivamente de acordo com o alcance e tempo. É visível o desenvolvimento da estrutura econômica, carregada pela indústria e pelo setor de serviços, que levou a China a criar um mercado diversificado, moderno e em rápido estágio de desenvolvimento para todos seus setores.

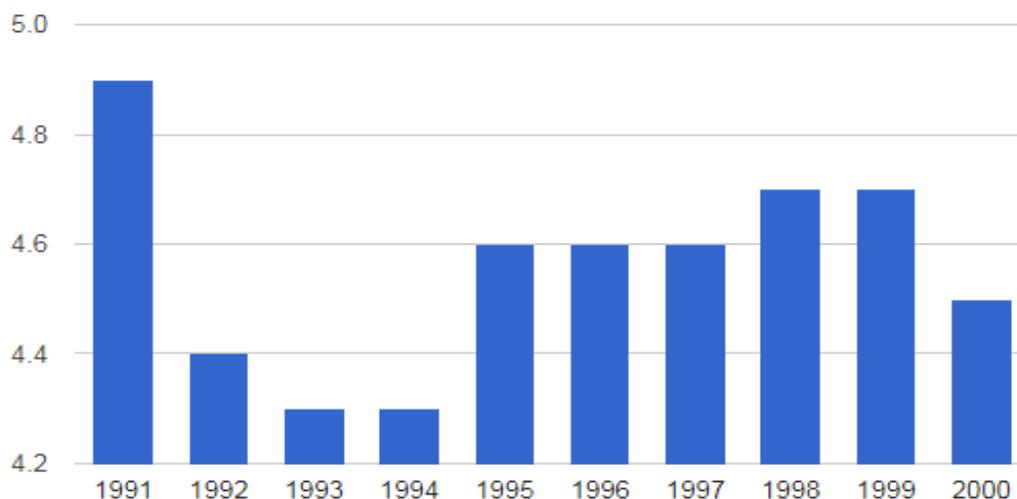
### 3.1.4 DESEMPREGO

A taxa de desemprego é importante indicador econômico e é levada em consideração neste estudo pois representa os impactos de políticas públicas e do momento econômico nacional.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define o desempregado como membro da população economicamente ativa que está sem trabalho, mas está disponível e procurando trabalho, incluindo as pessoas que perderam seus empregos ou que os tenham deixado voluntariamente. (Organização Internacional do Trabalho, 2018, online)

Com valores disponíveis apenas a partir de 1991, segue gráfico indicando a taxa de desemprego na China:

**Gráfico 4** – Taxa de desemprego, 1991 – 2000



Fonte: The Global Economy

Na década de 1990, a China já apresentava baixa taxa de desemprego, e segundo o Banco Mundial, em 1991 a média global era superior a 6%, enquanto a China não ultrapassou a margem de 5% no período analisado.

A possível explicação para este fenômeno é o processo de industrialização pelo qual a China passava, com aumento das indústrias de manufatura e voltadas à exportação, que iniciara com Deng Xiaoping na década de 1980 e se intensificara na década seguinte.

Em 1991, ano inicial disponível, foi também o ano em que o líder econômico Jiang Zemin, estabeleceu o Oitavo Plano Quinquenal e preparava sua indústria para o caminho da modernização. No ano seguinte o país dava outro passo para a consolidação deste processo, com a abertura econômica em escala nacional. O resultado foi a queda do desemprego, atingindo o nível de 4,3% em 1993 e 1994.

Com pequenas oscilações, os anos seguintes da década mantiveram média de 4,6%, comparada à média de 6,3% mundial, segundo o Banco Mundial. Baixas taxas de desemprego são responsáveis por elevar o consumo e produção nacional, resultando em crescimento econômico e permitindo que a sociedade tenha melhor padrão de vida e acesso a aspectos sociais do desenvolvimento.

O baixo desemprego chinês é reflexo de políticas bem-sucedidas formadas por um modelo capitalista, porém, embora apresente profundo contraste com as políticas maoístas que foram responsáveis pela morte de milhões por inanição, é caracterizado pela prática de *dumping* social, que será analisado a seguir.

### 3.2 IMPACTO SOCIAL

Analisar os impactos sociais ocasionados pela reforma são de essencial valor para que seja possível relacionar a influência da reforma na qualidade de vida do cidadão chinês, visto que, através do aumento da renda, a abertura econômica permitiu que a sociedade chinesa obtivesse maior ingresso aos aspectos referentes a qualidade de vida. Em contraste, é analisado o efeito negativo da abertura econômica, que resultou em péssimas condições de trabalho para muitos.

A partir de uma série de óticas analisadas a seguir, será dissertado quais os impactos existentes, e se houve, na visão do autor deste estudo, desenvolvimento social.

### 3.2.1 DUMPING SOCIAL

A origem do termo *dumping* social vem da palavra “*dump*” em inglês, que significa despejar, e embora sua morfologia seja mais complexa e abrangente, se caracteriza pelas agressões aos direitos trabalhistas e por práticas desumanas no local trabalho, desconsiderando a dignidade e os valores do trabalhador.

Este descumprimento dos direitos trabalhistas é claramente uma prática proibida, porém, ainda comum no modelo capitalista por empresas que buscam reduzir os custos de mão de obra para aumentar sua competitividade no mercado. Na China sua prática foi mais abrangente com o aumento do número de iniciativas privadas e a industrialização nacional.

“O lucro é mais importante que os trabalhadores que o produzem”. Esse adágio, que lembra a falta de escrúpulos dos “patrões” das fábricas inglesas durante a Revolução Industrial, tornou-se o mantra dos pioneiros industriais da China nas décadas de 1980 e 1990. (Napoleoni, 2011, p. 37)

A ideia dos “patrões” mencionados por Napoleoni, de abaixar os custos operacionais para tornar a mão de obra chinesa atrativa aos olhares estrangeiros foi bem-sucedida vista a abundância de trabalhadores ociosos dispostos a trabalhar por salários ínfimos, desumanos, obrigando-os muitas vezes a morar na fábrica em que trabalhavam visto que não haviam condições financeiras para sua independência.

Os trabalhadores chineses sabiam, tanto quanto os políticos, que os empresários estrangeiros exploravam a força de trabalho local, mas sabiam também, e acima de tudo, que esse era um processo ao mesmo tempo necessário e inevitável com vistas a modernização da China. E para atingir esse resultado eles estavam dispostos a fazer qualquer coisa, até mesmo arriscar as suas vidas nas fábricas. (Napoleoni, 2011, p.37)

Na China, a prática do *dumping* social se tornou tão comum quanto trabalhar, principalmente após o início das políticas comerciais, que de acordo com Marti (2007), incentivavam o capital estrangeiro facilitando a produção no país através dos baixos custos de mão de obra, facilitação fiscal e desvalorização cambial.

O maior vencedor desse processo foi o capital estrangeiro. De 1995 a 2003, as exportações chinesas cresceram de U\$121 bilhões para U\$365 bilhões de dólares, mais de 65% dos quais provenientes de subsidiárias chinesas das companhias estrangeiras. O tremendo crescimento da produção “Made in China” deve ser, pois, creditado às empresas estrangeiras que usaram a mão de obra local; seus lucros acabaram inflando o PIB dos países ricos. (Napoleoni, 2011, p. 39)

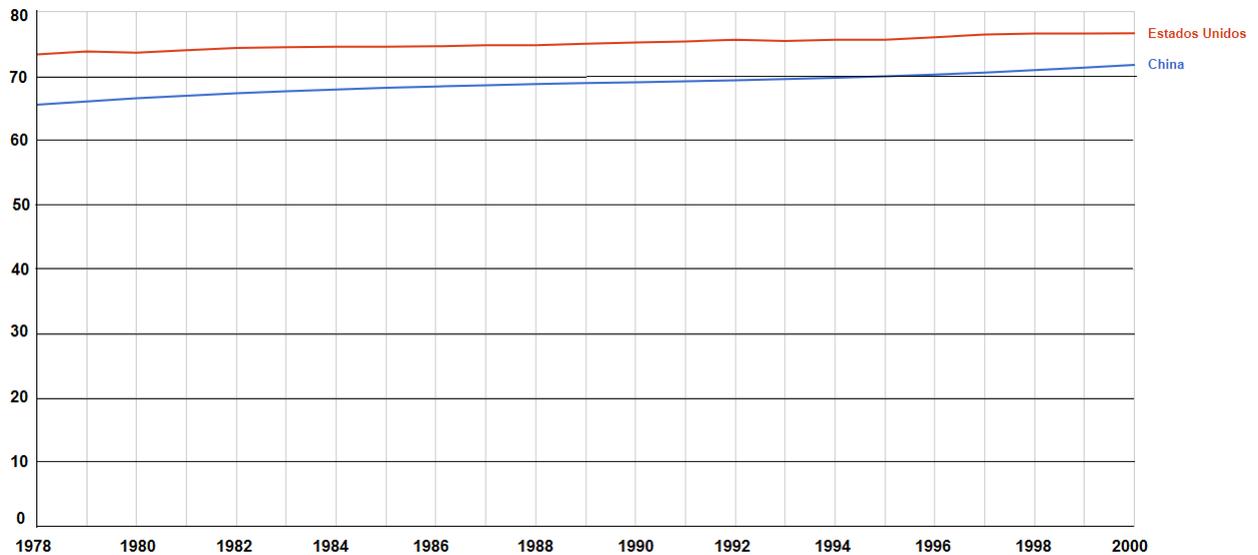
Embora os dados de Napoleoni estejam desatualizados atualmente pela inflação, sua menção do termo “*Made in China*” não deixa de ser atual. Há forte ligação entre este termo e as condições desumanas nas quais os trabalhadores chineses são submetidos. A explosão de manufaturados produzidos na China, ou seja, Made in China, surgiu na década de 1980 e 1990 como mencionado no capítulo anterior, junto com a industrialização e a ascensão das exportações, por isso, sua maior conotação é a de *dumping* social.

A comum e habitual prática de *dumping* social é parte da vida de muitos trabalhadores que se veem obrigados a trabalhar em troca da própria subsistência, e é assim, a consequência da reforma mais negativa que ocorre na China. O trabalhador deixa de ser visto como ser humano e passa a ser visto apenas como um funcionário em um grande meio industrial que se faz independente deste mesmo, pois há um exército de operários ociosos dispostos a trabalhar nas mesmas condições, mas para ele, este é seu meio de vida e subsistência.

Assim, o desenvolvimento chinês é obstruído pela prática de *dumping* social, ferindo os direitos do trabalhador e explorando-os. Também conhecida como “escravidão contemporânea”, o *dumping* social analisado traz os impactos negativos da abertura econômica para a sociedade chinesa, e deve ser levado em consideração neste complexo conceito que é o desenvolvimento social.

### 3.2.2 SAÚDE

Analisando a China a partir da ótica de saúde, será levada em consideração a expectativa média de vida ao nascer e a taxa de mortalidade infantil. Segue gráfico da expectativa de vida:

**Gráfico 5** – Expectativa de vida ao nascer, China e Estados Unidos, 1978-2000

Fonte: Banco Mundial

A expectativa de vida, segundo o Banco Mundial, é entendida como “A média de anos que se espera que um recém-nascido viva se os padrões de mortalidade atuais não sofrerem mudança”, e, para efeito de comparação, será usado como referência a expectativa de vida dos Estados Unidos da América.

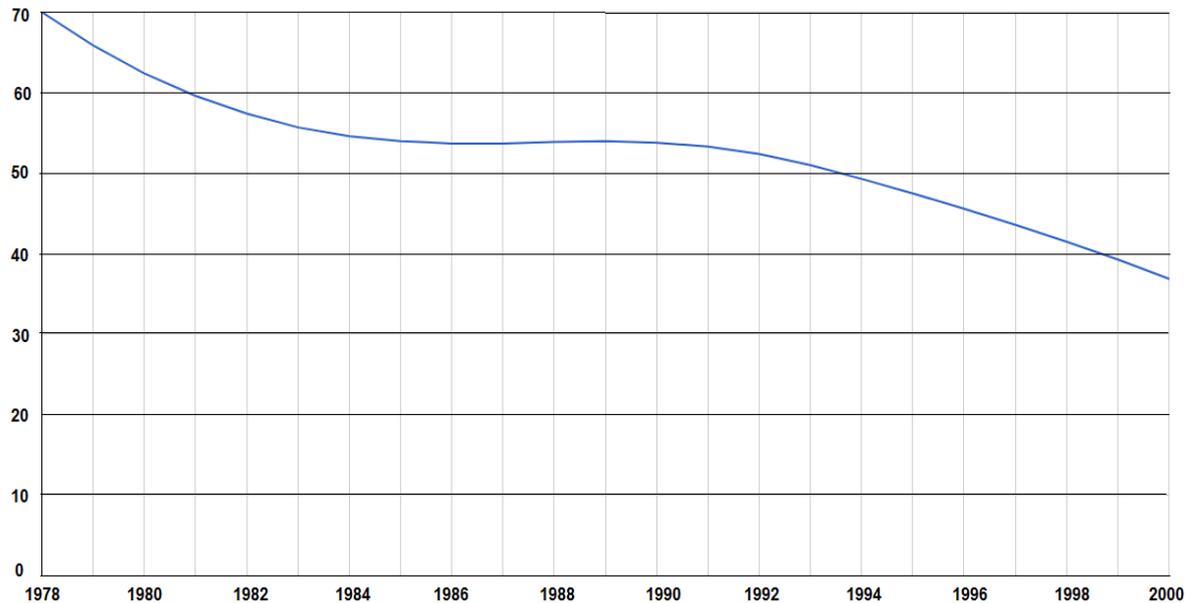
De acordo com o gráfico, a expectativa chinesa apresenta dados correspondentes com o progresso econômico visto anteriormente neste estudo, ou seja, demonstra progresso ao longo da reforma. Analisando a partir de 1978, a China possuía média de 65 anos, enquanto os Estados Unidos, 73, uma lacuna de oito anos moldada por diferentes modelos econômicos praticados em seu passado histórico.

Após a adoção do modelo capitalista a China passou a diminuir esta lacuna, pois o aumento na renda da população permitiu maior acesso à assistência médica e medicamentos. A possibilidade da importação e maior acessibilidade à população de equipamentos e outros itens de utilidade básica de saúde possuem também grande influência no progresso ocorrido.

O resultado foi a diferença reduzida para apenas cinco anos na expectativa de vida entre os países no ano de 2000, quando a China atingiu a média de 72 anos. Outro indicador importante nesta análise é a taxa de mortalidade infantil, que é a probabilidade de um a cada mil bebês recém-nascidos morrer antes de completar cinco anos de idade.

Segue gráfico da taxa de mortalidade:

**Gráfico 6** – Taxa de mortalidade até os 5 anos, a cada mil recém-nascidos, 1978-2000



Fonte: Banco Mundial

De acordo com o gráfico, a linha da taxa de mortalidade infantil chinesa apresenta impressionante declínio, saltando de 70 mortes a cada mil recém-nascidos em 1978, para 36,9 em 2000, queda de 47% no período analisado. Este declínio é proporcionado por diversas variáveis como investimentos na infraestrutura da saúde pública, maior acesso da população à assistência médica, medicamentos e informação.

Da mesma forma como a expectativa média de vida, a taxa de mortalidade também apresentou melhores dados ao longo da reforma, indicando melhoria na qualidade de vida da população chinesa. Embora esta dimensão apresente apenas dois indicadores, o desenvolvimento neste aspecto social é evidente.

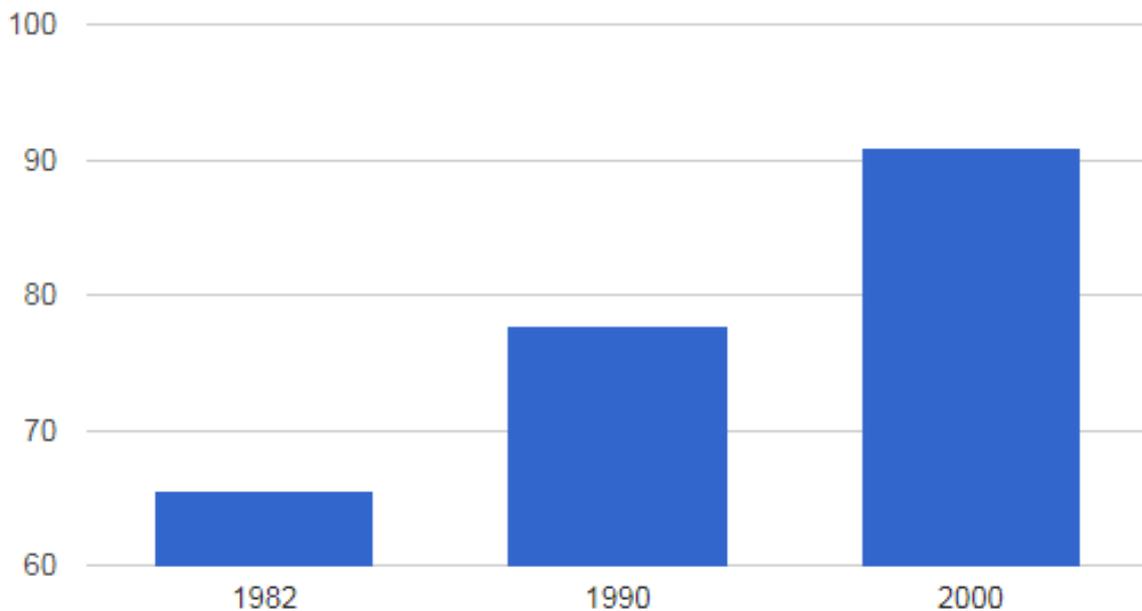
### 3.2.3 EDUCAÇÃO

Sobre a educação, serão analisadas a taxa de alfabetização e as despesas do governo nesta área. Este estudo se torna fundamental visto que através da educação um país cria um futuro mais próspero para sua população. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância, “A educação é um direito

humano fundamental, todo garoto e garota, em todo o mundo, têm direito à educação e aprendizado”.

O gráfico a seguir demonstra as taxas de alfabetização na China durante e após a reforma:

**Gráfico 7** – Taxa de alfabetização da China, 1982 – 2000 (%)



Fonte: The Global Economy

O início da série histórica da taxa de alfabetização da população chinesa é de 1982, mas apesar da limitação temporal apresenta melhorias da mesma forma que as análises anteriores, permitindo traçar relação entre a reforma e o crescimento na taxa de alfabetização.

Pela análise do gráfico, partindo de 1982, apenas 65,5% da população chinesa era considerada alfabetizada, reflexo das limitações educacionais do país, como infraestrutura e impossibilidade de acesso da população carente e residente de periferias. É provável considerando a evolução histórica vista anteriormente que os dados precedentes a esta data apresentem estatísticas inferiores.

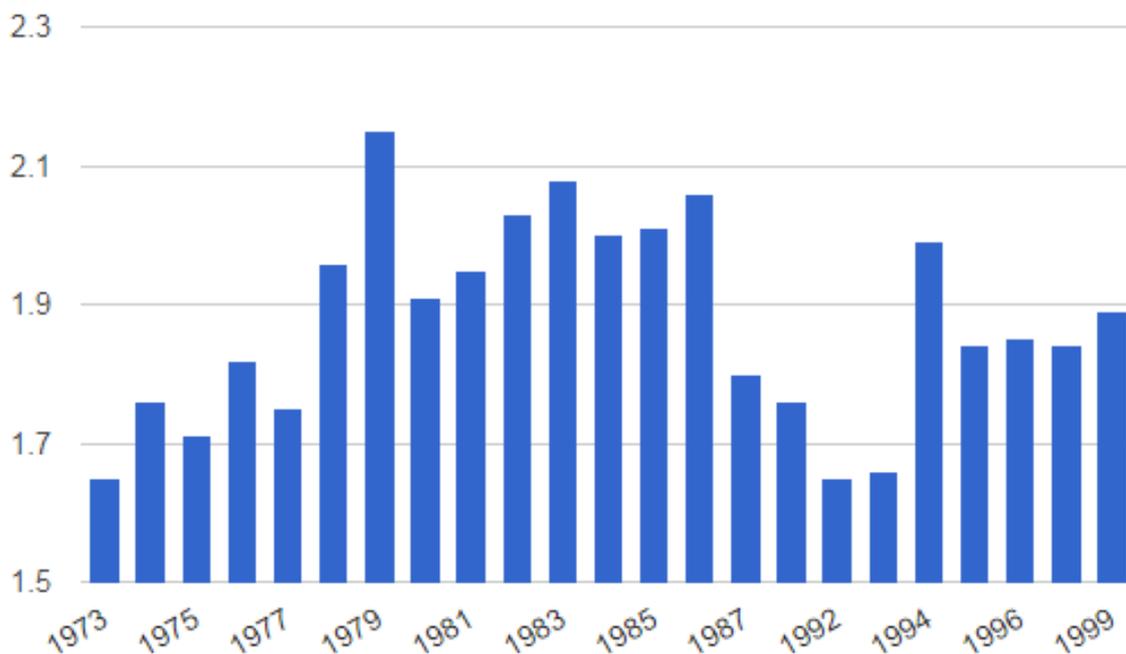
Ainda analisando o gráfico, em 1990, apenas oito anos depois, o crescimento da taxa de alfabetização era exorbitante, atingindo 78% da população, e na década seguinte, em 2000, o percentual atingira números superiores a 90% da população devido ao maior acesso da população às escolas, seja pelos investimentos em infraestrutura, carregadas pelo crescimento do PIB que permitira tal, ou pelo aumento na renda da população que permitiu o acesso da nova geração

ao ensino. Em números absolutos, a China partiu de cerca de 650 milhões de alfabetizados em 1982, para 1.148 bilhões em 2000.

Este crescimento pode ser explicado através das despesas do governo em educação que será analisada no gráfico a seguir, partindo de 1973, cinco anos antes da reforma para efeito comparativo, até 1999, último ano disponível.

Segue gráfico demonstrando as despesas em educação:

**Gráfico 8** – Despesas em educação, 1973 – 1999, % do PIB



Fonte: The Global Economy

Como observado no gráfico, o percentual do PIB gasto em educação aumentou significativamente em 1978, ano em que a reforma teve início, e ultrapassou a linha de 2% em 1979. É também importante mencionar que as despesas são analisadas em porcentagem do PIB, logo, representam valores reais diferentes, respectivos ao PIB daquele ano.

Utilizando o PIB e os dados do oitavo gráfico, analisando o último ano antes da reforma, 1977, é apresentado gasto de apenas U\$3.1 bilhões em educação, para um país que até então possuía mais de 940 milhões de habitantes. O baixo valor gasto em educação até então é resultado do baixo PIB, ou seja, havia menos recursos disponíveis para serem investidos.

Ainda de acordo com o gráfico, quando é analisado o último ano do índice, 1999, é visto que o percentual de despesas em educação foi de 1,89%, similar a 1,75% apresentado em 1977, porém, devido a reforma econômica que causou o crescimento do PIB, o novo gasto foi então de U\$23 bilhões. Este aumento de quase U\$20 bilhões permitiu ao governo chinês que possibilitasse maior oportunidade de acesso à educação para a população causando o crescente número de habitantes alfabetizados.

Assim, o desenvolvimento sob a ótica educacional é existente, e pode ser justificado pela reforma devido aos dados aqui apresentados. A escolaridade de uma sociedade é essencial para sua qualidade de vida e expectativas futuras, e por isso seu progresso é de suma importância para o desenvolvimento social.

### 3.3 ÍNDICE GERAL DE GLOBALIZAÇÃO

A globalização possui importância no contexto desenvolvimentista devido suas dimensões políticas, sociais e econômicas. A partir desta compreensão serão utilizados dados quantitativos para indicar a existência da globalização na China, ou seja, da intensificação das relações entre as dimensões mencionadas.

A globalização demonstra sua importância pois permite acesso a aspectos fundamentais à qualidade de vida humana, e ao mesmo tempo demonstra a liberdade econômica e as relações políticas de determinado país. Seu conjunto de abrangências analisados permite compreender com maior profundidade como as intensificações das relações acarretam impactos positivos para a sociedade.

Assim, é utilizado o IGG (Índice Geral de Globalização) como indicador de globalização em determinada região. Índice este que utiliza dados do Banco Mundial para suas pesquisas, abrangendo questões sociais, políticas e econômicas, respectivamente.

A globalização social possui três dimensões: contatos pessoas, fluxo de informação e proximidade cultural. O subíndice utilizado nos contatos pessoais inclui o tráfico de ligações internacionais, grau de turismo, transferências, população estrangeira e número de cartas internacionais. O subíndice de fluxo de informações inclui número de usuários de internet, percentagem de unidades familiares que possuem televisores e comércio de jornais. O subíndice em proximidade cultural inclui trocas de livros e números de unidades McDonald's e Ikea localizadas em um país.

O grau de globalização política é determinado pelo número de embaixadas e altas comissões em um país, o número de organizações internacionais

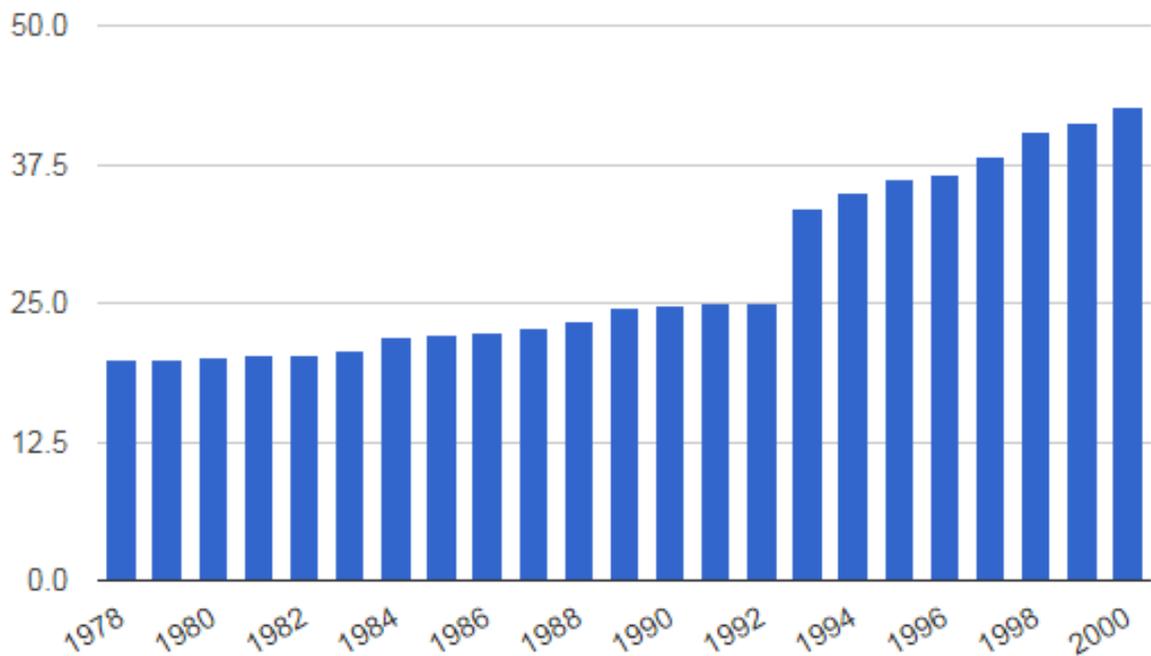
pela qual o país é membro, o número de missões de paz da ONU que o país participou e o número de tratados assinados entre dois ou mais países.

A globalização econômica possui duas dimensões: fluxos econômicos e restrições ao comércio e capital. O subíndice em fluxos econômicos inclui informações sobre o comércio, investimento estrangeiro direto e portfólio de investimento. O subíndice de restrições leva em considerações barreiras à importações, taxas alfandegárias e um índice de controle de capital. (The Global Economy, 2018, online)

A união destas três dimensões cria o Índice Geral de Globalização, que contabiliza valores de zero até cem, onde valores mais altos denotam maior nível de globalização.

Segue gráfico do IGG chinês:

**Gráfico 9** – Índice Geral de Globalização da China (0-100)



Fonte: The Global Economy

Iniciando pela reforma em 1978, o IGG (Índice Geral de Globalização) apresentava o valor de 19.88, valor este moldado por características maoístas, que restringiam as relações sociais, políticas e econômicas. Uma população cujo país restringe acesso a aspectos fundamentais à qualidade de vida é uma população privada de seus direitos e de desenvolvimento humano.

Pelos anos seguintes, com a abertura econômica e a entrada de capital humano e tecnológico no país, é visto tímido avanço no índice, que segue desta

forma até 1992, quando assim como em vários outros momentos neste estudo, demonstra progresso mais elevado em relação aos outros anos pois foi o ano caracterizado pela abertura econômica em escala nacional.

Saltando de 24.97 em 1992, para 33.56 em 1993, e seguindo em constante crescimento pelos anos seguintes, é possível traçar relação entre a reforma de Deng Xiaoping com o IGG, pois o progresso analisado acompanha os momentos políticos e econômicos chineses durante a reforma.

A globalização permitiu maior conexão e proximidade entre as pessoas e suas relações, auferindo não apenas intensificação das relações comerciais e políticas, mas também aspectos sociais, que embora nem sempre seja possível expô-los em dados, é possível compreender sua importância e seus benefícios, como por exemplo pelo maior acesso à cultura, informação, capital humano e liberdade.

A partir dos dados vistos em indicadores analisados anteriormente como saúde e educação, é entendido como a globalização na China seguiu a tendência de crescimento nacional, o que também indica íntima relação com a reforma, se tornando um de seus mais importantes e benéficos impactos para o desenvolvimento humano chinês.

### 3.4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O IDH analisado a seguir apresenta dados da China e de outros países asiáticos para que seja possível traçar comparação. A evolução dos valores é um indicador de desenvolvimento humano, e por isso deve ser analisada ao longo dos anos.

Segue quadro do IDH da China e de outros países da Ásia para efeito de comparação:

**Quadro 7 – Índice de Desenvolvimento Humano, 1990 e 2000**

<b>País</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>
Japão	0.81	0.84
Coreia do Sul	0.72	0.81
Singapura	0.71	0.81
Filipinas	0.59	0.61
Tailândia	0.58	0.64
China	0.49	0.59

Fonte: ONU

Partindo de 1990, ano inicial do índice, é visto como a China apresentava baixo valor no IDH, atrás de outros países subdesenvolvidos como Filipinas e Tailândia, pois até aquele ano a reforma chinesa ainda não abrangia sua totalidade, apenas regiões costeiras, impedindo assim que o país atingisse total potencial de crescimento.

Quando a abertura foi completada em 1992, o país foi beneficiado com taxas exorbitantes de crescimento do PIB, saltando de U\$426.9 bilhões de dólares para U\$1.211 trilhões em 2000, o que proporcionou ao governo maior possibilidade de investimentos que beneficiassem a população. O resultado foi positivo como analisado anteriormente, e as consequências levaram a um crescimento naquela década equivalente ao de países desenvolvidos.

Na análise da ONU no ano de 2000, a China apresentou crescimento no IDH em valores similares ao da Coreia do Sul e Singapura, e superiores ao do Japão, Filipinas e Tailândia, quando comparadas à última década. É possível responsabilizar este crescimento elevado à política de abertura que se intensificou na década de 1990, permitindo à população chinesa melhores condições de vida.

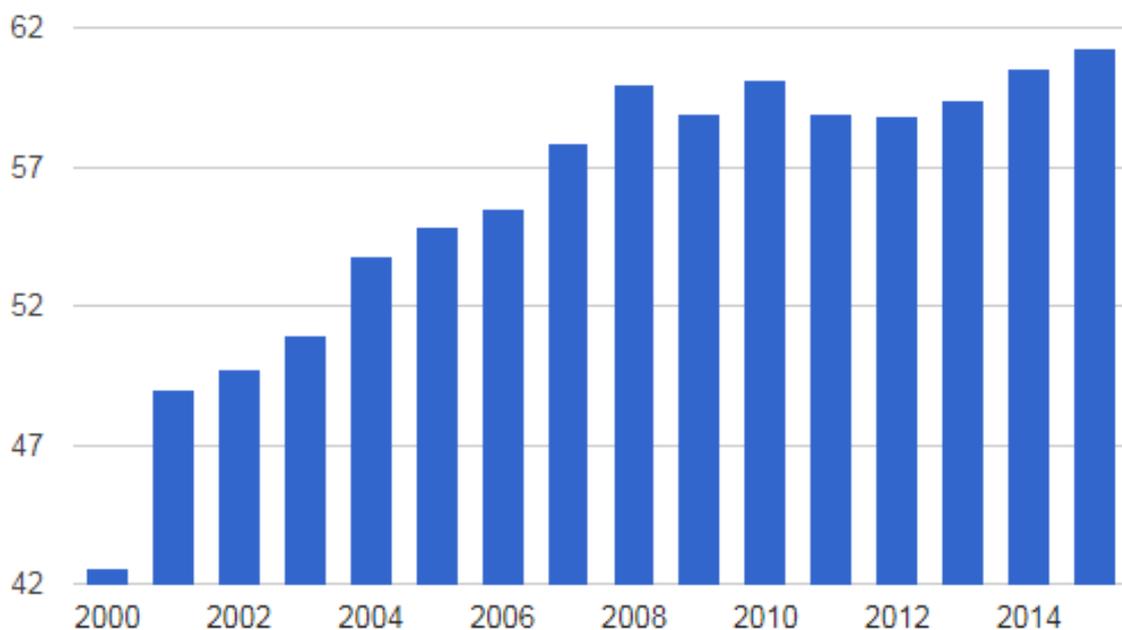
As constantes e elevadas taxas de crescimento apresentadas pelos indicadores econômicos e sociais, que juntas indicam desenvolvimento humano, são também representadas pelo IDH, que quando analisado em conjunto com o IGG e os indicadores apresentados anteriormente, são capazes de confirmar o desenvolvimento humano impactado pela reforma.

### 3.5 A CHINA NA ATUALIDADE

Utilizando os índices IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e IGG (Índice Geral de Globalização), este subcapítulo é destinado a demonstrar a atualidade da China para que seja possível observar o presente nível de desenvolvimento humano e se o crescimento iniciado pela reforma se manteve.

Segue quadro do IGG:

**Gráfico 10** – Índice Geral de Globalização 2000-2014 (0-100)



Fonte: The Global Economy

Partindo do ano 2000 até o ano mais recente, 2015, o IGG demonstra impressionante crescimento ao longo dos anos, atingindo pontuação de 61.23 no último ano, segundo o TGE (*The Global Economy*). Para efeito de comparação, ainda segue atrás de países como Japão e Coreia do Sul, que pontuam 77.30 e 76.37, respectivamente.

Este crescimento significa intensificação de aspectos econômicos, sociais e políticos para a China, que como mencionados anteriormente, são aspectos fundamentais para o desenvolvimento humano. Há ainda uma lacuna para com os países desenvolvidos a ser alcançada, porém é observado crescimento ao

longo dos anos, o que demonstra que a China ainda mantém seu constante progresso assim como observado anteriormente.

O quadro referente a China a seguir contém todos os valores obtidos pela ONU para o IDH desde o ano 2000:

**Quadro 8 – Índice de Desenvolvimento Humano da China 2000-2015**

<b>ANO</b>	<b>ÍNDICE</b>
2000	0.592
2010	0,700
2011	0,703
2012	0.713
2013	0.723
2014	0.734
2015	0.738

Fonte: ONU

Abordando saúde, educação e renda, o IDH chinês contempla os principais aspectos abordados neste estudo de forma concisa, por isso, é utilizado para indicar o presente momento chinês.

Em todos os anos abordados pela ONU na China é possível verificar aumento no índice, mesmo que este seja crescimento seja tímido no curto prazo, é considerável no longo prazo.

É verificado que o IDH chinês segue crescente, mas ainda figurando na classificação de “Médio Desenvolvimento Humano”, porém, caso mantenha o progresso observado é estimado que em menos de uma década seja classificado como um país de alto IDH.

Para efeito de comparação, também em 2015, o Japão e a Coreia do Sul figuram valores de 0.903 e 0.901, respectivamente. Assim como observado no IGG, a lacuna entre a China e os países desenvolvidos ainda é existente em aspectos multidimensionais, porém é uma distância que se encurta ao longo dos anos, caracterizada pelo rápido desenvolvimento chinês.

Desta forma, é visto como o progresso da China se manteve constante e regular após o período da reforma. As raízes deste fenômeno se encontram nas políticas de Deng Xiaoping iniciadas na década de 1970, que persistem promovendo o desenvolvimento humano até os dias atuais.

## CONCLUSÃO

A análise do período permitiu conclusões sólidas a respeito do desenvolvimento humano ocorrido na China durante e após a reforma, e em consequência desta.

A relação entre o desenvolvimento e a reforma se torna clara quando analisada a linha do tempo da política de abertura e as mudanças estruturais ocorridas no mesmo período. São observados impactos a partir do início da reforma, em 1978, sendo intensificados nos anos seguintes com a política exportadora e se consolidando em 1992 com a abrangência nacional da política de abertura econômica.

O desenvolvimento econômico se demonstrou existente e em ascendência ao longo da reforma, acompanhando as políticas econômicas e sua abrangência territorial. Através dos dados foi constatado crescimento da renda, industrialização, intensificação do comércio exterior, diminuição do desemprego, e desenvolvimento da estrutura econômica chinesa.

O existente progresso econômico analisado permitiu que a população obtivesse melhor qualidade de vida e mais acesso a diversos aspectos sociais, levando ao aumento da escolaridade, expansão da expectativa de vida e diminuição da taxa de mortalidade infantil, implicando em desenvolvimento social.

Em contrapartida, um dos principais responsáveis pelo rápido crescimento da indústria chinesa foi o baixo custo de mão de obra, ocasionado pela desumana prática de *dumping* social, se tornando um aspecto negativo originado da reforma e um dos principais obstáculos a serem enfrentados na busca pelo desenvolvimento humano.

Reforçando a análise dos indicadores, o IDH complementou os estudos demonstrando rápido processo de desenvolvimento humano, levando em consideração saúde, educação e renda. A adição dos índices aos indicadores consolida os resultados encontrados.

É fundamental também mencionar a globalização como essencial neste processo de desenvolvimento. Através do uso do IGG, foi constatada intensificação das relações sociais, econômicas e políticas, agregando aos fatores

socioeconômicos para a elevação do bem-estar. Sua importância se dá pelo maior acesso à informação, cultura, liberdade de expressão e econômica.

Em concisa menção do atual momento da China, através do uso dos índices IDH e IGG, também foi possível constatar que o progresso persiste até os dias atuais em constante e sólido crescimento.

Assim, pela junção dos fatores aqui estudados, é evidente a caracterização de desenvolvimento humano chinês no período analisado, resultado da reforma econômica e política iniciada em 1978.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- SCHUMPETER, Joseph A. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril S.A, 1982.
- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1990.
- KLIKSBERG, Bernardo. Repensando o estado para o desenvolvimento social. São Paulo: Cortez editora, 1998.
- FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento. São Paulo: Editora paz e terra, 2000.
- PEREIRA, Luiz Carlos. Crescimento e desenvolvimento econômico. Sao Paulo, Jun. 2008.
- DIKOTTER, Frank. Mao's Great Famine. Nova Iorque: Walker & Company, 2010.
- NAPOLEONI, Loretta. Maonomics: Por que os comunistas chineses se saem melhores capitalistas do que nós. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- STORY, Jonathan. China: A corrida para o mercado. São Paulo: Futura, 2004
- SHENKAR, Oded. O século da China: A ascensão chinesa e o seu impacto sobre a economia mundial, o equilíbrio do poder e o (des)emprego de todos nós. São Paulo: Bookman, 2005
- MARTI, Michael E. A china de Deng Xiaoping: O homem que pôs a China na cena do século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- MARTINS, J. de S. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008
- FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. Relatório brasileiro sobre o desenvolvimento social. 1995. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a03.pdf>> Acesso em 02º set. 2018.
- CHANG, Jung. Cisnes Selvagens: três filhas da China. São Paulo: Companhia das letras, 1991
- PNUD. 2018. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/agencia/pnud/>> Acesso em: 18º fev. 2018

ONU. Desenvolvimento. 2018. Disponível em <https://nacoesunidas.org/acao/desenvolvimento/>. Acesso em: 21º fev. 2018.

PNUD. Desenvolvimento humano e IDH. 2018. Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 4º mai. 2018.

World Bank. The World Bank in China. 2018. Disponível em <http://www.worldbank.org/en/country/china>. Acesso em: 18º mai. 2018.

The Global Economy. China Indicadores Econômicos. Disponível em <https://pt.theglobaleconomy.com/China/>. Acesso em: 4º jun. 2018

The Observatory of Economic Complexity. China. 2018. Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/chn/>. Acesso em: 6º jun. 2018.

ONU. Composição do IDH. 2018. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/composite/trends>. Acesso em: 11º set. 2018.

Banco Mundial. Dados. 2018. Disponível em [https://www.google.com.br/publicdata/explore?ds=d5bncppjof8f9\\_#!ctype=l&strail=fa&e&bcs=d&nselm=h&met\\_y=spdyn\\_le00\\_in&scale\\_y=lin&ind\\_y=false&rdim=region&ifdm=region&tdim=true&hl=pt\\_BR&dl=pt\\_BR&ind=false](https://www.google.com.br/publicdata/explore?ds=d5bncppjof8f9_#!ctype=l&strail=fa&e&bcs=d&nselm=h&met_y=spdyn_le00_in&scale_y=lin&ind_y=false&rdim=region&ifdm=region&tdim=true&hl=pt_BR&dl=pt_BR&ind=false). Acesso em 29º mai. 2018.

Folha de São Paulo, Revolução Cultural Chinesa | Mini-documentário, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FVYeXiNlNgs> acesso em 25 Abr 2018.

KAZUMI, Irene. 2015. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/96/tde-03102006-13941/publico/TESELDIRENEMIURA.pdf> Acesso em 20 fev. 2018.

The Global Economy. 2018. Disponível em: [https://www.theglobaleconomy.com/rankings/kof\\_overall\\_glob/](https://www.theglobaleconomy.com/rankings/kof_overall_glob/) acesso em 10º jun. 2018.